



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO POPULAR DE ADULTOS E
IDOSOS NO PARANOÁ/ITAPOÃ: DA APRENDIZAGEM
PRESENCIAL À APRENDIZAGEM REMOTA**

MÔNICA PINTO GAMA DOS SANTOS

Brasília
2021

MÔNICA PINTO GAMA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO POPULAR DE ADULTOS E
IDOSOS NO PARANOÁ/ITAPOÃ: DA APRENDIZAGEM
PRESENCIAL À APRENDIZAGEM REMOTA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Clarisse Vieira

Brasília/DF
2021

Se SANTOS, Mônica Pinto Gama dos
EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO POPULAR DE ADULTOS E IDOSOS NO
PARANOÁ/ITAPOÃ: DA APRENDIZAGEM PRESENCIAL À APRENDIZAGEM
REMOTA / Mônica Pinto Gama dos SANTOS; orientador Maria
Clarisse Vieira. -- Brasília, 2021.
89 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de
Brasília, 2021.

1. Educação/Alfabetização popular. 2. Ensino remoto. 3.
Exclusão digital. I. Vieira, Maria Clarisse, orient. II.
Titulo.

MÔNICA PINTO GAMA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO/ALFABETIZAÇÃO POPULAR DE ADULTOS E IDOSOS NO
PARANOÁ/ITAPOÃ: DA APRENDIZAGEM PRESENCIAL À APRENDIZAGEM
REMOTA

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Clarisse Vieira

Orientadora

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB)

Prof^a. Dr^a. Paula Gomes de Oliveira

Membro Interno

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB)

Prof. Dr. Renato Hilário dos Reis

Membro Externo

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB)

Dedicatória

Dedico a cada pessoa que tem na educação
o seu sonho.

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me permitir estudar algo que faz sentido à minha vida!

Agradeço aos meus familiares e amigos o apoio e compreensão nos momentos que precisei me ausentar para estar presente nessa realização, em especial a minha amiga e revisora Gabriela Mancin.

Agradeço a cada colega e amigos que fiz no decorrer do curso, vocês foram as flores no caminho.

Agradeço aos companheiros do GENPEX por toda a colaboração e incentivo em todo o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a cada professor, que certamente deixou muito de si em mim, e, em especial, à professora Maria Clarisse Vieira pela paciência, compreensão e cuidado comigo a cada passo que pude dar.

Agradeço à professora Paula Gomes de Oliveira e ao professor Renato Hilário dos Reis, que são educadores que me conquistaram pela amorosidade e acolhimento enquanto faziam a educação acontecer.

Muito obrigada!

*“Educação transforma pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”*

Paulo Freire

*"Por meio de coisas pequenas e simples
que as grandes são realizadas."*

Alma 37:6 – Livro de Mórmon

RESUMO

O trabalho tem como sujeitos os estudantes da Educação Popular na busca pela realização do direito à educação básica. Especificamente este trabalho tratará da educação/alfabetização popular na região do Paranoá e Itapoã, entorno da capital do Brasil. Esses estudantes foram excluídos dos processos educacionais convencionais e buscam, depois de adultos, o sonho de ler e escrever, todos reféns da desigualdade e exclusão social. Com a pandemia do novo coronavírus, o distanciamento se tornou necessário e escolas reformularam os formatos das aulas. Os movimentos populares educacionais também não cessaram. Os educadores populares, visando motivar seu grupo de alunos, mantiveram contato, realizando seu trabalho educativo. Essa pesquisa busca conhecer a condição social e tecnológica dos estudantes da educação popular, seu acesso e manejo, fatores de exclusão digital e se eles acreditam no ensino remoto. Pretende-se analisar, do ponto de vista do estudante, como ele percebe a transposição do ensino presencial para o ensino remoto, num contexto de exclusão digital, em turmas de educação/alfabetização popular. A pesquisa de natureza qualitativa, tem abordagem participativa e usou como instrumento de produção de dados a aplicação de questionários aos educandos. A pesquisa mostra a relevância da continuidade de ações da educação popular, no sentido de atender as necessidades educativas dos estudantes da educação/alfabetização popular e auxiliá-los na superação das dificuldades tecnológicas, nesse novo contexto remoto de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação/Alfabetização popular; Ensino remoto; Exclusão digital.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	58
Quadro 2.....	59
Quadro 3.....	60
Quadro 4.....	61
Quadro 5.....	62
Quadro 6.....	63
Quadro 7.....	64
Quadro 8.....	66
Quadro 9.....	67
Quadro 10.....	69
Quadro 11.....	70
Quadro 12.....	71
Quadro 13.....	72
Quadro 14.....	73

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1.....	12
Figura 2.....	32
Figura 3.....	33
Figura 4.....	46
Figura 5.....	47
Figura 6.....	50
Figura 7.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDEP	Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã
CEF01 Paranoá	Centro de Ensino Fundamental 01 do Paranoá
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DF	Distrito Federal
EC01 Itapoã	Escola Classe 01 do Itapoã
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
FE	Faculdade de Educação
GDF	Governo do Distrito Federal
GENPEX	Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MEB	Movimento de Educação de Base
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAPe	Pesquisa-Ação Pedagógica
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

MEMORIAL EDUCATIVO.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1. Problemas da pesquisa	24
1.2. Questão-problema da pesquisa	25
1.3. Objetivos da pesquisa.....	25
1.3.1. Objetivo Geral.....	27
1.3.2. Objetivo Específico	28
1.4. Justificativa da pesquisa	26
1.5. Metodologia da Pesquisa.....	26
1.5.1. Método da pesquisa	27
1.5.2. Técnicas da pesquisa.....	28
1.5.3. Unidade de observação.....	29
2. EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO.....	31
2.1. A Educação de Jovens e Adultos	34
3. A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO	38
3.1. A pandemia e o ensino emergencial.....	40
3.2. O ensino remoto e a educação a distância.....	25
3.3. Exclusão digital	25
4. O ENCONTRO	46
4.1. O CEDEP, o GENPEX e a Educação Popular.....	24
4.2. Minha inserção no projeto.....	49
4.3. O ensino remoto e os envolvidos.....	525
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	55
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
7. PERSPECTIVAS FUTURAS IMEDIATAS.....	78
8. REFERÊNCIAS	81
9. APÊNDICE	85
9.1. Questionário da entrevista.....	85

MEMORIAL EDUCATIVO



Figura 1 – FE, UnB.
Fonte: Arquivo pessoal.

Viver é como montar um grande e complexo quebra-cabeças. A todo instante, somos submetidos a circunstâncias que parecem incoerentes e desconectas, mas, quando encaixadas a outras, começam a fazer sentido. Ao longo da vida, vamos juntando as peças e acredito, de verdade, que, ao final da vida, nosso quebra-cabeças estará completo e o resultado final será como aquelas lindas imagens, que são como obras de arte, pacientemente montadas por nós mesmos.

Uma das peças principais é a família. Sou filha do José Antônio e da Miriam, ambos cariocas, que vieram trabalhar em Brasília. Nasci no Rio de Janeiro, mas meus irmãos Mariângela, Manuela e Antônio Augusto nasceram aqui. Tenho 3 sobrinhos, Isabella, Gabriel e Ana Luísa. Adoro ser tia! Também tenho um pequeno mascote, o Bob, um cachorrinho sapeca, que só nos traz alegria.

A peça principal da minha vida sou eu. Minha personalidade é pacífica e sempre prezei muito por ajudar o próximo, muitas vezes me deixando em segundo plano, mas essas vivências trouxeram maturidade e sabedoria para lidar com pessoas e situações. Hoje sou perspicaz e observadora, prezo pelo meu autoconhecimento, aceito as adversidades que enfrentei, pois elas me fizeram estar onde estou, e busco realizar meus novos sonhos, descobertos a cada dia.

Meus pais me contam que sempre fui uma criança simpática e conversadeira. Minha adolescência foi bem comum. Eu era uma menina grande, envergonhada, desengonçada e tranquila. Sempre fiz amizades com facilidade. Não tive muitos namorados, mas gosto das poucas histórias de amor que tive. Foram recíprocas, divertidas e aprendi muito com cada um. Claro que sempre há alguma história que a gente prefere esquecer, mas todas tiveram valor no momento em que aconteceram. Não me casei ainda, mas estou aberta ao que ocorrer, casando ou não.

Algo que ainda trago muito forte comigo, que vim dessa família católica, como uma peça-chave bem relevante no meu quebra-cabeça, é o envolvimento com a caridade. Sou uma apreciadora e seguidora dos ensinamentos de Jesus Cristo. Fiz parte de movimentos jovens da Igreja Católica com real intenção de servir a Deus. Era bastante comprometida em ajudar o próximo. Depois, estudando o Espiritismo, a caridade continuou fazendo parte do meu viver e é o que me faz olhar para o outro todos os dias e pensar em como posso ajudar.

As escolas em que estudei também foram peças importantes no quebra-cabeça da minha vida. A primeira escola em que estudei foi o Colégio Pinocchio, uma escola pequena, familiar, onde a “Vovó Ana”, diretora e dona da escola, conhecia cada um dos alunos e suas famílias. Lembro que todo início do ano, quando eu me deparava com a nova professora, chorava porque queria continuar com a professora do ano anterior. Todo ano, no primeiro dia de aula, ficava na minha sala antiga, com a professora antiga e, só no dia seguinte, ia para a sala nova, com a nova professora. Hoje acho engraçada essa lembrança. Lembro-me de todas as professoras que tive nessa escola, a tia Vanilda, do Jardim III; no Pré, a tia Maria; na Primeira Série, tia Leonor; e, na Segunda, a tia Lucy.

Na Quarta Série, mudei para o Colégio Nossa Senhora do Rosário, uma escola bem maior, onde fiquei até a Oitava Série. O Rosário era uma escola onde as pessoas tinham alto poder aquisitivo e foi a primeira vez que me deparei com a diferença de classes. Meus pais me colocaram lá, pois sabiam ser uma excelente escola. Hoje sei que lá estudaram filhos de políticos e grandes empresários, por isso lembro das diversas chateações que passei. Eu era uma adolescente com mais 3 irmãos e cuja família não poderia me dar o que, nessa escola, era necessário para fazer parte dos “grupos”: roupas, tênis, mochila, dentre outras coisas de marcas específicas. Há 2 anos, fizemos um encontro dessa turma e eu fui. Nada mudou, apenas envelhecemos.

Os assuntos giravam em torno de bolsas, carros e *status*, coisas que já não faziam parte da minha vida e nunca serão prioridades para mim.

No Segundo Grau, meus pais me colocaram no Colégio do CEUB. Em termos de convivência com as pessoas, foi o melhor que me aconteceu. Lá, conheci adolescentes parecidos comigo, me senti mais à vontade. Era uma boa escola e não tão elitista. Tive uma boa base educacional no Rosário, então, no CEUB, foi tranquilo.

Sempre preferi as disciplinas de exatas. História e Geografia foram disciplinas em que eu decorava o mínimo para passar. Olhando para trás, acredito que não tive professores que me fizessem gostar dessas disciplinas.

Não tive festa de formatura, nem no Primeiro, nem no Segundo Grau. Tive o azar de cair em 2 turmas pouco organizadas, e acabamos fazendo festinha na casa de alguém. Então as finalizações dessas duas fases não foram tão marcantes para mim.

Sempre desenhei muito bem e diziam que me tornaria arquiteta; outros, por eu ser muito alta e ter um porte atlético, diziam que eu seria jogadora de vôlei ou basquete. Fiz vestibular para três cursos: Arquitetura, Educação Física e Ciências Contábeis. Passei na prova de desenho da UnB, na prova prática e teórica da Universidade Católica de Brasília e na prova teórica do UniCEUB (Centro Universitário de Brasília). Apesar de gostar muito de fazer esportes em geral, além de desenhar muito bem e ser muito criativa, acabei escolhendo fazer faculdade de Contabilidade, acreditando ser a forma mais rápida de passar num concurso público.

Minha primeira tentativa de emprego foi aos 17 anos, no Mc Donald's. Fomos eu e minha irmã participar da seletiva. Ela foi aprovada e eu não, sob a justificativa de que eu "estava velha demais" para a função de atendente. Depois de outras diversas tentativas, consegui meu primeiro emprego, assim que completei 18 anos, como recepcionista de uma academia de ginástica. Lembro que, na entrevista, depois de várias outras entrevistas frustradas em outros estabelecimentos por falta de experiência profissional, tive a coragem de me manifestar ao final, quando a dona da academia me disse "gostamos muito de você, mas vamos tentar alguém com alguma experiência". Eu disse: "Todos querem contratar alguém com experiência, mas ninguém quer dar a primeira chance de trabalho aos jovens". Em 3 horas, recebi o telefonema de aprovação e esse foi meu primeiro emprego.

Depois trabalhei como professora num curso de reforço, acompanhando alunos do Primeiro Grau, em Matemática e Ciências, e alguns do Segundo Grau, em Matemática, Física e Química.

Já na faculdade, depois de alguns semestres, comecei a estagiar na área do meu curso. Trabalhei no Ministério da Cultura e na FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), depois na Caixa Econômica e no Senado Federal, sempre um estágio no turno matutino e outro no vespertino. Em poucos meses, fui contratada como terceirizada na Caixa Econômica Federal.

Quando estava quase me formando, passei no concurso do Hospital Sarah e fui trabalhar na Unidade de Salvador, na Bahia. Não era meu objetivo mudar de cidade, mas fui viver essa experiência nova. Acabei transferindo meu curso para lá e atrasando minha formatura, que seria no semestre seguinte. Trabalhar nessa instituição foi a experiência profissional mais rígida que tive minha vida. Lá, fiz cursos de português, anatomia, e participei do coral. Após 4 anos trabalhando lá, voltei para Brasília.

Recomecei trabalhando num escritório de contabilidade, transferi novamente minha faculdade para o UniCEUB e consegui me formar. Foi um momento muito feliz por conseguir concluir essa fase depois de tantas experiências no meio do caminho. E, finalmente, tive uma festa de formatura, na qual minha família pôde comemorar comigo essa vitória.

Trabalhar no escritório de contabilidade foi o trampolim para ser selecionada para uma vaga num grande sindicato, o ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior). Lá contribuí por 2 anos, na tesouraria, cuidando das receitas e aplicações do sindicato. Fiz muitas viagens para os congressos dos professores e também tive um excelente desempenho nos anos em que fiquei a frente desse cargo. Nesse período, buscando novas oportunidades, fiz minha primeira pós-graduação, em Gestão Pública, na FORTIUM, uma faculdade particular de Brasília. Vendia meus *tickets*-alimentação para investir nisso e deu certo.

Surgiu uma boa oportunidade de mudar meu rumo profissional, graças à pós-graduação, e eu comecei a trabalhar com educação a distância, como gestora acadêmica no curso de Administração, projeto piloto da UAB (Universidade Aberta do Brasil), na UnB (Universidade de Brasília). Logo me apaixonei pelo trabalho e pela equipe, de apenas 5 pessoas. Coordenávamos mais de 400 alunos, nos polos do DF e da região Norte do Brasil. Também tive a oportunidade de viajar muito e conhecer

muitas cidades em que nunca imaginaria ir, como Manaus, Porto Velho, Ji-Paraná, Boa Vista. Foi um ótimo emprego, com uma ótima equipe, e desenvolvemos um ótimo trabalho juntos.

Uma nova oportunidade apareceu, e comecei a trabalhar na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), na Equipe de Bolsas da UAB, de certo modo, dando continuidade ao trabalho que exercia na UnB, ao menos no mesmo programa. Trabalho na CAPES há 12 anos. É um ambiente de trabalho muito estimulante e tranquilo ao mesmo tempo. As pessoas têm boa formação e são colaborativas no setor em que trabalho. Por muitos estudarem, fazendo mestrado e doutorado, isso acabou influenciando positivamente a minha vontade de estar sempre estudando também. Nesse período, fiz outra especialização, dessa vez em Planejamento, Implementação, Gestão em EaD. Fiz o curso a distância da UAB, pela UFF (Universidade Federal Fluminense), o que foi um norteador para a área da educação e para o diferencial de estudar em uma universidade pública.

Decidi fazer uma nova graduação pensando em mudar o rumo da minha vida para algo que realmente fizesse sentido. Inicialmente pensei no curso de Educação Física, que juntaria as duas áreas com que me identifico: educação e esportes. Depois pensei que Pedagogia seria maravilhoso também e optei por esse último. Não me arrependo em nada da minha escolha.

Me inscrevi no vestibular da UnB meio descrente, pois já estava com 38 anos, e, mesmo já sendo graduada, seriam disciplinas diferentes a estudar para o vestibular. Mas deu certo, passei com 38 anos de idade para a UnB e para um curso escolhido pelo meu coração.

Apesar de sobrar pouco tempo livre, já que trabalho o dia inteiro e estudo, meu tempo é muito bem ocupado e tenho me sentido recompensada com tudo que venho aprendendo.

Percebo o quanto é imatura a escolha por um curso aos 18 anos. Na maturidade, me vejo superinteressada nas aulas, envolvida, achando tudo interessante, e meus colegas mais jovens saindo da sala, ficando ao celular ou simplesmente fazendo outras coisas que não desfrutar do que o professor está transmitindo a cada aula. Mas os compreendo também, pois é muito difícil acertar nas escolhas logo de primeira.

Eu não tive coragem de desistir do meu primeiro curso, mesmo tendo a certeza de que não tinha absolutamente nada a ver comigo. Fico feliz, hoje, por estar fazendo algo que tem muito a ver comigo, com o meu jeito e com minha forma de ver o mundo. Tive que amadurecer muito e percorrer um longo caminho para chegar aqui. Assisto às aulas com vontade, apreciação e prazer. Tenho sorte, na verdade, de enxergar o curso do jeito que enxergo, não como uma chance na vida, mas como um deleite a ser aproveitado em cada segundo.

Acho que todas as pessoas deveriam fazer um “curso dos sonhos” após os 40 anos, com maturidade. Acredito que saboreariam a aprendizagem de uma forma absolutamente diferente da forma que “engoliram” aos 20 anos de idade, até porque não somos mais os mesmos que fomos.

Estava atualizando meu currículo profissional e, ao final, observei que havia colocado outros cursos e atividades que tive a oportunidade de fazer, e um deles foi o curso de Capacitação para Alfabetização de Jovens e Adultos, que aconteceu no 1º semestre de 2006, realizado pelo UniCEUB, chamado Projeto Universidade Solidária. Lembro com muito carinho, pois foi muito engrandecedor, mas não tive a oportunidade de exercer àquela época.

Em janeiro de 2018, já na Pedagogia, fiz a disciplina optativa Educação de Jovens e Adultos, com o professor Rodrigo Matos. Foi uma das disciplinas oferecidas no Curso de Verão. Tive a oportunidade de ler *Pedagogia do Oprimido*, do Paulo Freire, e me lembrei da vontade de “libertar” pessoas que ainda não sabem ler e escrever, nem mesmo o próprio nome. Uma pecinha importante do quebra-cabeça que estava deixada de lado.

Foi assim que pensei em fazer um dos projetos do curso de Pedagogia nessa área, pois sempre tive grande interesse nela. Esse desejo ficou parado, pois eram tantas disciplinas a fazer ainda, quando, conversando com um colega de turma, ele me contou do projeto com educação popular, do qual ele fazia parte, e do quanto estava gostando. A fala dele teve tanto entusiasmo que eu quis conhecer o projeto.

Entrei em contato com a professora Maria Clarisse a fim de participar de alguma forma, quando me deparei com o obstáculo dos horários, pois trabalho o dia inteiro e necessitaria de 3 noites para me dedicar ao projeto. Eu estava tão atrasada no curso, como iria desistir de 3 disciplinas? Acabei deixando essa vontade adormecida, mas pensando num jeito de um dia dar certo!

Depois de alguns semestres, finalmente consegui organizar meu horário e participei do projeto 4.2, na minha última oportunidade antes de finalizar o curso. Minha expectativa foi grande e fui completamente envolvida pelo convívio com o grupo, as educadoras e os estudantes. Minha vontade de aprender praticando e a admiração pelo trabalho realizado pelas educadoras populares foi superada pela vontade imensa de conseguir contribuir, de alguma forma, com o projeto.

As histórias pessoais de cada estudante, o dia a dia deles na escola, a superação para estarem ali foram fatores que me motivam até hoje a querer ajudá-los a realizar esse sonho de aprender a ler e a escrever.

Desse envolvimento com a forma afetiva de ensinar das educadoras e a vontade de contribuir na educação/alfabetização dos estudantes, surgiu meu interesse em realizar meu trabalho final de curso, observando forças e dificuldades deles no contexto pandêmico que estamos vivenciando, seus recursos, meios de acesso, auxílio na execução de atividades remotas, suas expectativas, esperanças e vontade de aprender em meio a tantas adversidades.

Voltando a falar sobre mim, meu quebra-cabeça ainda não está completo, ainda existem muitas peças a serem colocadas, mas a caminhada até aqui tem sido engrandecedora e especial. Gosto de conversar sobre como ser uma pessoa melhor, gosto de entender as humanidades, gosto de conviver com as pessoas. Acredito que tenho facilidade com isso. Talvez seja meu ponto forte. Vivo um dia de cada vez, aprendendo a sonhar todos os dias e observando, inclusive, a mim mesma, confiando em minhas intuições, realizando, agradecendo. Assim, me tornei uma pessoa que gosto muito de conviver (ainda bem). Venho sendo feliz durante todo o processo, mesmo quando fui triste. Sempre aprendendo.

Penso que viver de forma significativa é fazer a diferença todos os dias, sendo o que a gente é! Eis o meu memorial educativo com um pouco do que aprendi vivendo!

1. INTRODUÇÃO

A educação é direito de todos, diz a Constituição Federal do Brasil de 1988. Vivenciar a educação enquanto estudante de Pedagogia é sonhar em realizar esse preceito constitucional em sua plenitude, tal como preceitua o artigo 205.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Este trabalho tem como sujeitos estudantes, professores, educadores sociais, familiares e demais entusiastas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na busca pela realização do direito à educação básica. Especificamente este trabalho tratará da educação/alfabetização popular, os estudantes que se propõem a dar os primeiros passos à leitura e à escrita, pessoas que foram excluídas dos processos educacionais convencionais, não frequentando a escola enquanto crianças, ou que interromperam os estudos. Muitos vieram do campo, outros de uma vida sem infância onde o trabalho era sua realidade, gravidez na juventude, violências e abusos, mas todos são reféns da desigualdade social, como afirma Oliveira:

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência de trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo (OLIVEIRA, 2001, p.59).

Estudar enquanto criança é o ideal, mas, depois de adulto, é uma realização, principalmente quando essas oportunidades foram interditadas na infância ou adolescência. E é na busca da realização de exercer a cidadania, que as histórias se misturam: adultos, estudantes, professores, educadores, sonhadores, realizadores e incentivadores.

Não é simples decidir, depois de adulto, estudar todos os dias à noite, durante aproximadamente 3 horas, deixando família, casa e afazeres, para aprender. Essas

peças enfrentaram dia de trabalho, horas no transporte público, muitas vezes longas caminhadas até o ponto de ônibus, o cansaço, as dores, o terceiro turno, o preconceito. Mas a motivação é aprender a ler e a escrever. A motivação é conviver com “a professora”, como disse um dos estudantes uma vez em sala de aula, durante as observações do meu estágio do curso de Pedagogia.

O educador tem uma posição de destaque na vida desses estudantes. Eles são um fator motivacional. Os educadores são um dos motivos de o estudante seguir adiante, mesmo cansado e com dificuldades. É ele que encanta seus estudantes e os estimula na caminhada do saber, do conhecer e do acreditar que é possível.

O ano de 2020 foi um ano atípico, devido a diversas crises. A principal e que surpreendeu a todos foi a crise sanitária advinda da pandemia do novo coronavírus de proporções mundiais, vivenciada de formas diferentes, desiguais, difíceis. A crise sanitária se estendeu a 2021, com a continuidade do isolamento social, o distanciamento dos parentes como forma de prevenção e não contaminação e o pouco acesso a estabelecimentos comerciais e atividades culturais.

Concomitantemente, vieram as crises: econômica; política; ecológica; pessoal; bem como desemprego; redução de salários; medo; angústia; desespero; contágio; mortes (milhares de mortes) de familiares, conhecidos e amigos; velórios proibidos; escolas fechadas; parques fechados; nenhum *shopping* aberto; nenhum tipo de aglomeração; e muito cuidado.

Desde que foram descobertos os primeiros casos, as primeiras mortes, os hospitais foram lotando e surgindo cada vez mais incertezas, tornando obrigatório o uso de máscaras, álcool em gel, atenção de não levar as mãos ao rosto e o medo de contrair o vírus. Em seguida, foram adotadas medidas emergenciais de distanciamento. Governos estaduais e distrital decretando *lockdown* – bloqueio total, confinamento, paralisação de serviços que não fossem essenciais e a execução de atividades no formato remoto.

No âmbito educacional, todas as escolas suspenderam as aulas presencialmente, conforme Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020, do Governo do Distrito Federal (GDF):

Art. 2º. Ficam suspensos, no âmbito do Distrito Federal, pelo prazo de cinco dias, prorrogáveis por igual período:
I – eventos, de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas;

II – atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada (GDF, 2020).

Muitos estudantes, inicialmente, acharam que seria um bom descanso, mas, com o passar dos meses, o sentimento mudou. Minha sobrinha de 14 anos, inclusive, me disse: “Puxa, queria que as aulas voltassem, sinto saudade dos meus amigos”.

O Governo do Distrito Federal foi um dos primeiros a decretar o confinamento, mas logo surgiram medidas federais, inclusive para instituições de ensino superior, como a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, do Ministério da Educação, que dispôs “sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19”:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais [...] (BRASIL, 2020).

Com escolas fechadas, as famílias foram sobrecarregadas com o trabalho remoto, as atividades do lar e a atenção às aulas *on-line* dos filhos. Professores tentando fazer o melhor possível, dentro de suas casas, para apresentar, filmar, gravar e produzir vídeo-aulas interessantes aos alunos com os recursos que possuíam. Para Nicodemos e Serra,

No que se refere ao trabalho docente, é importante destacar que o processo de didatização dos conteúdos de ensino é muito complexo, sedimentando-se e modificando-se a partir de fatores como as práticas docentes e as tradições curriculares, bem como os saberes da experiência e das disciplinas de referência - enfim, um processo amplo sobre o qual os educadores se debruçam cotidianamente. Trata-se de um procedimento singular, estruturado por trabalhadores docentes licenciados para essa tarefa, construído em um espaço presencial próprio e seguindo regras específicas da cultura escolar. Repentinamente, toda essa complexidade é desconsiderada e muitas comunidades escolares são inseridas, de forma aligeirada e abrupta, sem formação específica e sem experiência prévia, em processos tecnológicos de interação humana e pedagógica à distância, em um experimento social sem precedentes na história recente da educação escolar. As problemáticas consequências desse processo seriam sentidas, inevitavelmente, em pouco tempo (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.882).

Para o ensino remoto, aulas passaram a ser transmitidas pela internet. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC 2018), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada pela Agência de Notícias em

2020, 46 milhões de pessoas não têm acesso à internet, ou seja, 1 a cada 4 pessoas no Brasil. Nesse âmbito, o acesso é mais alto entre jovens, mulheres e moradores de área urbana, e menor entre pessoas sem instrução, pessoas estas que somam apenas 12,1% da população pesquisada (IBGE, 2020).

A pesquisa aponta que, com relação ao acesso à internet, 25% dos brasileiros pesquisados não acessam em razão de não saber usar, não terem interesse, não terem como pagar pelo serviço ou não terem um equipamento que possibilite a conexão (IBGE, 2020).

Tais dados são compatíveis com sujeitos que buscam reingressar nos estudos por meio da EJA, ou já ingressaram. Os perfis e dificuldades de brasileiros que não tiveram a oportunidade de acesso aos estudos na idade adequada são muito parecidos com brasileiros que não acessam a internet no Brasil: adultos e idosos, moradores de regiões periféricas e/ou rural, homens e mulheres que trabalharam na infância e não tiveram acesso à instrução, conseqüentemente são subempregados e não têm recurso para investimentos em tecnologia.

Aos que possuem acesso à tecnologia, surgem questões como o tipo de tecnologia utilizada, o tipo de acesso à internet, qual a qualidade desse acesso, necessidade de auxílio para manuseio de tecnologias e acompanhamento das aulas *on-line*, compartilhamento de equipamento com outros familiares para assistir as aulas. Se é difícil para as crianças que contam com o auxílio de seus familiares, imaginem o quão difícil é para adultos e idosos em condição de alfabetização e estudantes da EJA.

Assim como as escolas reformularam os formatos das aulas, os movimentos populares educacionais também não cessaram totalmente. Os professores desses movimentos, conhecidos por educadores populares, continuaram em contato com seu grupo de alunos – apesar de tudo, também com os recursos que possuem – para não perderem o vínculo com seus estudantes, nem os desestimularem. Nicodemos e Serra dizem que,

Para aqueles educandos que conseguem superar as impossibilidades financeiras e técnicas, a falta de interação presencial com educadores e colegas pode desestimular a realização das tarefas remotas e a continuidade dos estudos. Na EJA, o contato, o acolhimento e o apoio mútuo são essenciais para o prosseguimento e a conclusão dos níveis de ensino. Em função das muitas dificuldades enfrentadas quando se decide voltar a estudar, o envolvimento afetivo é fundamental para a permanência dos educandos na escola (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.882).

Diante de tal preocupação, o contato foi mantido. Mas outros desafios emergem como obstáculo a ser transposto e serão considerados pelo grupo de trabalho que se constituiu a seguir.

A Universidade de Brasília (UnB) mantém um grupo de pesquisa direcionado ao projeto de alfabetização popular e à formação de alfabetizadores de adultos de camadas populares localizado no Paranoá e no Itapoã, em parceria com o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (CEDEP). Os educadores populares fazem parte do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e atuam no âmbito da educação popular por diversos estados do Brasil (CEDEP, 2015). O MEB, junto ao CEDEP, realiza ações de capacitação de agentes de educação de base no contexto da educação popular, com inspiração nos ensinamentos de Paulo Freire (MEB, 2019).

Essa rede de atores interessados na educação popular, junto a estudantes do curso de Pedagogia na UnB, se dispôs a transpor obstáculos e dificuldades, retomando a caminhada, dando protagonismo aos estudantes – de forma remota, pela primeira vez – durante esse grande contratempo que é a pandemia por todo o mundo.

Conforme acontecem nossas reuniões semanais, registradas em atas, educadoras relatam formulação de pequenos vídeos e áudios, em 2020, na tentativa de dar continuidade ao aprendizado. As mais experientes já utilizam recursos de aula *on-line*, ao vivo, por meio de aplicativos de vídeo-chamadas. Os estudantes da UnB também vêm fornecendo subsídios, sugerindo plataformas, aplicativos e vídeos explicativos para auxiliar as educadoras e estudantes nesse processo de adequação. Nas últimas reuniões, foram sugeridos temas de interesse do CEDEP para trabalhar com os estudantes e cabe à equipe pensar em alternativas aplicáveis e funcionais aos nossos estudantes.

Neste estudo, observaremos de perto como tem sido o retorno dos estudantes de educação/alfabetização popular das Regiões Administrativas do Paranoá e Itapoã, no Distrito Federal (DF), às aulas remotas. Esses serão os protagonistas do processo de ensino e aprendizagem remoto, considerando o manejo e a atuação deles junto às tecnologias e a esse novo formato de ensino, dando destaque aos desafios enfrentados por eles, especificamente no processo de alfabetização.

1.1. Problemas da pesquisa

O Brasil nunca havia passado por uma pandemia com tamanha velocidade de contaminação e letalidade, como a pandemia da Covid-19. Em 1918, houve a Gripe Espanhola, que contaminou 1/4 da população mundial com o vírus Influenza, o H1N1. O vírus viajava de navio pelos continentes e acometia adultos jovens, entre 20 e 29 anos. Iniciou-se no período da Primeira Grande Guerra, e os jovens soldados, enviados para a guerra, ficavam em acampamentos, muito próximos uns aos outros. Depois o vírus ganhou o mundo navegando (FERREIRA, 2020).

Com relação à pandemia que estamos vivendo, os primeiros casos surgiram na China, ao final de 2019, e a velocidade de contaminação foi alta graças ao seu espalhamento pelo tráfego aéreo. O vírus tem se mostrado letal, principalmente a idosos e pessoas com doenças crônicas (FERREIRA, 2020).

É a primeira vez também que lidamos com uma crise que abala tantos âmbitos. No âmbito escolar, as dificuldades são relevantes e as marcas que o ensino remoto deixará são profundas. Os estudantes e toda a comunidade escolar foram muito afetados em seus cotidianos, e o processo ensino-aprendizado foi abalado.

“O processo didático é complexo e sedimentado, as práticas docentes e as tradições curriculares, assim como a experiência e os saberes de referência, são parte de um processo cotidiano dos educadores, estruturado por profissionais formados para educar em espaço presencial e regras específicas da cultura escolar” (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.882).

Não existia um modelo pedagógico de ensino remoto. Esse formato surgiu abruptamente com a chegada da pandemia, sem experiência prévia, sem precedentes na história da educação, exigindo “domínio de técnicas, níveis de letramento digital e alfabético, espaço habitacional com estrutura adequada, entre outras condições igualmente distantes da realidade de muitos discentes e docentes” (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.882).

A tentativa foi de diminuir os prejuízos, adaptando as aulas ao formato remoto, um formato muito distinto da metodologia utilizada à educação a distância. O formato remoto é um “presencial *on-line*”, “cansativo e pouco estimulante”, conforme opinião de estudantes. Nicodemos e Serra, trazem o seguinte dado:

Quando perguntados sobre o acesso dos educandos às salas de aula virtuais de suas turmas, 66,5% dos professores afirmaram que menos de 20%

de seus alunos acessavam a plataforma. Sobre a frequência da conexão, no entanto, 76,8% dos profissionais asseguraram que não havia regularidade na interação. Como o levantamento foi realizado em maio, acreditamos que o quadro pode ter se tornado mais grave com o passar dos meses em função da piora da crise sanitária e seu consequente impacto socioeconômico (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.882).

Este trabalho pretende levantar dados como dificuldades, forma de acesso, interação com tecnologias e condições de aprendizado para estudantes da educação/alfabetização popular em turmas específicas das Regiões Administrativas do Paranoá e Itapoã, no Distrito Federal.

1.2. Questão-problema da pesquisa

Transposição do ensino presencial para o ensino remoto, no ponto de vista do estudante, em turmas de educação/alfabetização popular de adultos. Como alfabetizar adultos, em condição de vulnerabilidade econômica, exclusão social e digital, utilizando ferramentas que não são familiares na construção do conhecimento?

1.3. Objetivos da pesquisa

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar, do ponto de vista do estudante adulto e idoso, como são as condições sociais e tecnológicas ao aprendizado, no formato de ensino remoto, em turmas de educação/alfabetização popular.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Realizar levantamento das condições sociais e tecnológicas dos estudantes de educação/alfabetização popular de adultos;
- Investigar as condições de manejo e acesso a tecnologias desses estudantes;
- Identificar os efeitos da pandemia e da exclusão digital no âmbito da educação/alfabetização popular;
- Subsidiar o CEDEP com as informações pesquisadas sobre seus estudantes.

1.4. Justificativa da pesquisa

O contexto pandêmico continua real em 2021, e, apesar de todos os desafios, o avanço na educação também deve continuar. O momento é de aprendizado para educadores e estudantes, pois as dificuldades e os poucos recursos acometem ambos, mas a vontade de fazer acontecer faz com que os obstáculos sejam superados e o aprendizado aconteça.

Nesse contexto dialógico, em que estudantes e professores aprendem conjuntamente, Paulo Freire diz que o processo educativo acontece nas duas direções, pois “ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p.79).

As atividades de educação/alfabetização popular serão retomadas de forma ativa em 2021, com discussões metodológicas e engajamento, o que vem facilitar o tema trabalhado, dando subsídios a esse trabalho.

A relevância da pesquisa está em atender os estudantes da educação/alfabetização popular e auxiliá-los na superação das dificuldades tecnológicas nesse novo contexto remoto de aprendizagem.

1.5. Metodologia da pesquisa

O cenário atual, em que se vive em meio à pandemia do novo coronavírus, diante de contradições, dilemas e perdas, impõe pensar na continuidade do processo de ensino-aprendizagem com os estudantes da educação/alfabetização popular, pensar em formas de contribuir para a educação desses adultos e idosos, considerando o compromisso social e afetivo frente a tantos desafios impostos pelos acontecimentos atuais.

Por fazer parte do GENPEX (Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais), da UnB, que assiste turmas do movimento popular e propõe formação continuada aos educadores populares do Paranoá e Itapoã, surgiu a oportunidade de acompanhar remotamente as turmas de educação/alfabetização popular dessas regiões e seus desafios na transposição para o ensino remoto. Para tanto, nossa pesquisa adotará uma abordagem de pesquisa-ação pedagógica, devido ao seu caráter formativo, “um

trabalho participativo; colaborativo, pedagógico, entre pesquisadores e professores, na perspectiva de formação crítico-reflexiva, que, por pressuposto, reverterá na melhoria do ensino” (FRANCO, 2016, p.513).

Franco afirma que:

Na complexidade da interação entre formação de professores e pesquisa; entre alienação e participação; entre emancipação e empoderamento, delinea-se o objetivo deste trabalho, qual seja o de compreender quais as possibilidades que a pesquisa-ação pedagógica (PAPe) tem de produzir conhecimentos no/com o professor (e não apenas para o professor), de forma a torná-lo capaz de melhor compreender sua prática e assim poder transformá-la; bem como compreender e transformar, no coletivo, as circunstâncias que cercam essa prática, num movimento que denomino professor protagonista (FRANCO, 2016, p.512).

Em nenhum momento os entrevistados foram vistos como objetos de pesquisa. Os entrevistados foram meus formadores no processo de vislumbre de recursos para alcançá-los, para conseguir servi-los, assim como às educadoras no processo de ensino. O processo de pesquisa-ação vincula pesquisador, educador e educando em busca de uma realização que compreenda todos.

1.5.1. Método da pesquisa

O método dessa pesquisa é o colaborativo, em que nossa busca é conjunta com os educadores, para o desenvolvimento em meio à reflexão e problematização, que, no caso desse trabalho, é a mudança do ensino presencial para o formato remoto em meio à pandemia do ponto de vista dos estudantes adultos da educação/alfabetização popular, visando a atender as reais e urgentes necessidades de sua formação, mantendo a qualidade e motivação.

Desenvolver algo em comum com os estudantes, preceito trazido no texto de Franco, baseado num alerta feito por Paulo Freire, tem relevância no processo de pesquisa-ação, pois, para que o processo ocorra, são necessários participação, diálogo e reflexão. Estabelecer esse vínculo é necessário e foi o que eu fiz com o nome de “entrevista” ou “questionário”. Foi uma conversa/entrevista, pois conversei mais do que pesquisei.

Segundo Franco:

Criar um universo cultural coletivo é uma tarefa fundamental do pesquisador em pesquisa-ação; no entanto, precisa fazê-lo na perspectiva de construção coletiva, de buscar participação, permitindo a contribuição de todos. Alerta: isso é diferente de organizar textos ou aulas para “aplicar” nos participantes! É fundamental essa postura de buscar o outro, partilhar valores e agir de modo coerente com as expressões do grupo (FRANCO, 2016, p.516).

Na conversa que pude ter com os estudantes, busquei conexão em coisas muito simples, como já ter morado no Nordeste, gostar de canções religiosas, até mesmo o fato de ter medo de baratas. Uma das entrevistadas que conversei tinha sofrido uma queda e, por alguns dias, enviei mensagens perguntando se havia melhorado. Ri e chorei com relatos da vida deles, o que me fez refletir ainda mais sobre o que eu poderia fazer por eles para lhes dar mais alguma alegria. Franco (2016, p.518) afirma que “a construção é contínua e dialógica do diálogo, oferecendo direção e sentido ao desenvolvimento pessoal de cada sujeito [...] construindo um olhar crítico e reflexivo sobre a prática docente”.

Até hoje converso com alguns dos entrevistados. Eles me enviam mensagens para saber como estou e retribuo o carinho, mas quero dar-lhes mais, quero que meu trabalho seja útil, funcional e enriquecedor. Eles merecem.

1.5.2. Técnicas da pesquisa

É importante destacar as técnicas de pesquisa utilizadas. Estas incluem questionário social, que chamarei conversa/entrevista, aplicado a 25 estudantes acerca do que vêm experimentando para se adequar ao ensino remoto.

A conversa-entrevista aplicada tem 28 questões. Os contatos foram estabelecidos via telefonema, ou ligação de vídeo. Mesmo após a realização desse trabalho, continuaremos contatando os demais estudantes até finalizar todas as turmas, concluindo também as informações para o CEDEP.

Inicialmente, fui inserida nos grupos “salas de aula” pelas educadoras, onde, aos poucos, fui interagindo com os discentes. Enviei um vídeo me apresentando e explicando o interesse em conhecê-los e em conversar sobre as questões tecnológicas para a realização das atividades de educação/alfabetização de forma *on-line*.

Deixei muito claro que o interesse era informar o CEDEP e seus parceiros quanto à tecnologia utilizada por eles para melhor planejamento de estratégias a fim

de dirimir os prejuízos que o formato remoto traz para alfabetizandos, que necessitam de proximidade com os educadores.

Minha pesquisa está diretamente ligada ao interesse do CEDEP em conhecer a situação dos estudantes. Pretendo utilizar os dados obtidos nela de forma muito personalizada, pois foi a forma como conduzi as conversas/entrevistas: de forma pessoal e afetiva.

Como dito anteriormente, os estudantes não foram vistos como objetos de estudo, foram pessoas com quem tive a honra de conversar, alguns por mais de 1 hora, pois tenho interesse real em saber quem são e o que esperam do trabalho que pretendemos realizar junto ao CEDEP. Foi bonito ouvir de uma das estudantes sobre a felicidade em saber que existem pessoas trabalhando para ela aprender.

Em tempos de pandemia, onde há isolamento e poucos encontros pessoais, a oportunidade de conhecer pessoas, por meio de um telefonema, foi um momento em que me dediquei a ouvi-los além das questões formais. Também fui ouvida em alguns momentos. Foi muito bom para mim.

Quanto às questões, além dos dados pessoais (sexo, idade, naturalidade), dados sociais (raça, local de residência, oportunidade de estudo, trabalho) e dados relacionados à tecnologia e acesso à internet, buscamos saber sobre aspectos relacionados ao ensino remoto e ao impacto da pandemia. Finalizamos desejando conhecer o sonho de cada um deles, que os emocionou e a mim também.

Assim, considero que não foi apenas um questionário com perguntas e respostas. Foi uma conversa em que conhecemos uns aos outros, nos surpreendemos, torcemos uns pelos outros e tivemos a troca necessária a qualquer vínculo pessoal, mesmo que distante.

1.5.3. Unidade de observação

Unidade de observação da pesquisa é a identificação dos participantes, mesmo que não sejam todos, mas alguns, com a intenção de completar as informações já obtidas e, se necessário, adicionar novas questões caso surjam no decorrer da pesquisa, até o encerramento da coleta (ALVES-MAZZOTTI, 2002, p.162).

No caso deste trabalho, os sujeitos foram entrevistados, por meio de conversa, e acompanhados, via grupo de mensagens do WhatsApp, os grupos “sala de aula”. Fiz parte das conversas e interações por 3 meses. Tais sujeitos são os estudantes

das turmas de educação/alfabetização popular de adultos das Regiões Administrativas do Distrito Federal denominadas Paranoá e Itapoã durante a adaptação deles ao formato remoto de ensino-aprendizagem.

A coleta dos dados foi realizada via telefonemas e vídeo-chamadas a fim de conhecer aspectos sociais, de acessibilidade e expectativas acerca dessa metodologia educacional.

2. EDUCAÇÃO E ANALFABETISMO

O principal conceito de educação que o dicionário Michaelis traz é a educação como ato ou processo que “visa ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano [...] com o intuito de assegurar a integração social e a formação da cidadania” (EDUCAÇÃO, 2020). A Constituição Federal de 1988 diz que é direito de todos o acesso à educação, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

É sabido que nem todas as pessoas sabem ler e escrever. Existem pessoas adultas que não sabem escrever o próprio nome. Por alguma razão não puderam estudar, apesar de possuírem tal direito assegurado.

Na história da educação brasileira, desde a colonização, são perceptíveis as diferenças no acesso à educação. A meu ver, os jesuítas não eram apenas homens com boas intenções cristãs, eles queriam estabelecer relações mercantis, de troca e de efetiva colonização junto aos indígenas. Aqueles consideravam estes "papel em branco", não pessoas com cultura própria. Os escravos africanos não eram vistos como humanos, eram coisas, peças. Percebe-se que, desde a denominada Fase Heroica, uns poderiam aprender, outros não. Na fase de consolidação da colonização a escola era para meninos brancos, filhos de colonos, somente (HILSDORF, 2002).

Há 520 anos a história se repete. Uns com acesso à educação, outros não. Isso é um reflexo educacional contínuo que pode ser percebido até os dias de hoje. Poucos negros conseguiram dar continuidade aos estudos e muito menos acessar o ensino superior, assim como indígenas, quilombolas, outras pessoas de comunidades tradicionais, pessoas que vivem no campo, nordestinos ou quaisquer pessoas que não puderam estudar porque trabalharam desde a infância.

Carreira (2013, p.66) aborda nos Indicadores de Qualidade na Educação, que trata das relações raciais na escola a persistência da prática do racismo no cotidiano das escolas de forma sutil ou explícita. Para dirimir esse problema, é necessário que o estudante, sua condição e cotidiano sejam pensados por inteiro, em sua integralidade. Ele deve ser olhado de perto, acompanhando as razões que o levaram a sair da escola, como discriminações, necessidade de trabalhar, violência, família, conflitos. Assim também seria evitada a evasão desses alunos.

Carreira (2013, p.65) traz dados relevantes:

- 1) das 821.126 crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 512.402 são negras (Censo/IBGE, 2010);
- 2) entre os jovens brancos de 15 a 17 anos, 58% haviam concluído o Ensino Fundamental, enquanto que entre os negros esse percentual era de 44% (Censo/IBGE, 2010);
- 3) Em 2010, 55% de jovens brancos, de 15 a 17 anos, estavam cursando o Ensino Médio, enquanto o percentual de negros era de 41% (Censo/IBGE, 2010);
- 4) dos jovens brancos de 18 e 19 anos concluíram o Ensino Médio, 47% eram brancos e apenas 29% eram negros (Censo/IBGE, 2010);
- 5) o número absoluto de pessoas analfabetas entre jovens negros de 15 a 29 anos é mais de duas vezes e meia maior do que entre brancos (Censo/IBGE, 2010);
- 6) a frequência líquida no Ensino Médio é 49,2% maior entre os jovens brancos do que entre os negros (IPEA, 2008);
- 7) a diferença de dois anos de estudo entre brancos e negros manteve-se praticamente inalterada desde o início do século XX. A média atual de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade entre os adultos brancos é de 8,2 anos e dos adultos negros é de 6,4 anos (PNAD/IBGE, 2011). Em 2001, os números eram 6,4 para adultos brancos e 4,7 para adultos negros;
- 8) do total das pessoas com 10 anos ou mais no país, 8,31% possuem Ensino Superior completo, sendo 6,09% brancos e 2,04% negros (Censo/IBGE, 2010). Em estudo de 2008, o IPEA apontou que, em 30 anos, o percentual de pessoas brancas com diploma universitário aos 30 anos de idade passou de 5% para 18%, sendo que o percentual de pessoas negras na mesma situação passou de 0,7% para 4,3%. O hiato racial quase triplicou para 13 pontos nas três últimas décadas.

Figura 2: Acesso, permanência e sucesso na escola

Fonte: CARREIRA, Denise. Indicadores de Qualidade na Educação: relações raciais na escola (2013).

Para Carreira (2016, p.69), é fundamental que a comunidade escolar conheça os dados das escolas da sua região, pois estes dizem muito sobre as desigualdades entre negros e brancos no âmbito educacional e possibilitam que os cidadãos busquem melhorias junto aos líderes e governantes para que a evasão acabe e o desejo de estudar permaneça.

Muitos sonhos não se realizaram ao longo desse caminho de mais de 500 anos. Muita cidadania ficou sem ser exercida nesse tempo, afinal, poucos eram os considerados cidadãos capazes de exercê-la. A cidadania não era para todos. Dados atuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (2020), confirmam que

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no

número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019.

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%). Isto representa uma taxa aproximadamente, quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%.

A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%) (IBGE, 2020).

A cidadania ainda não é para todos. O quadro abaixo ilustra os dados do IBGE citados acima:

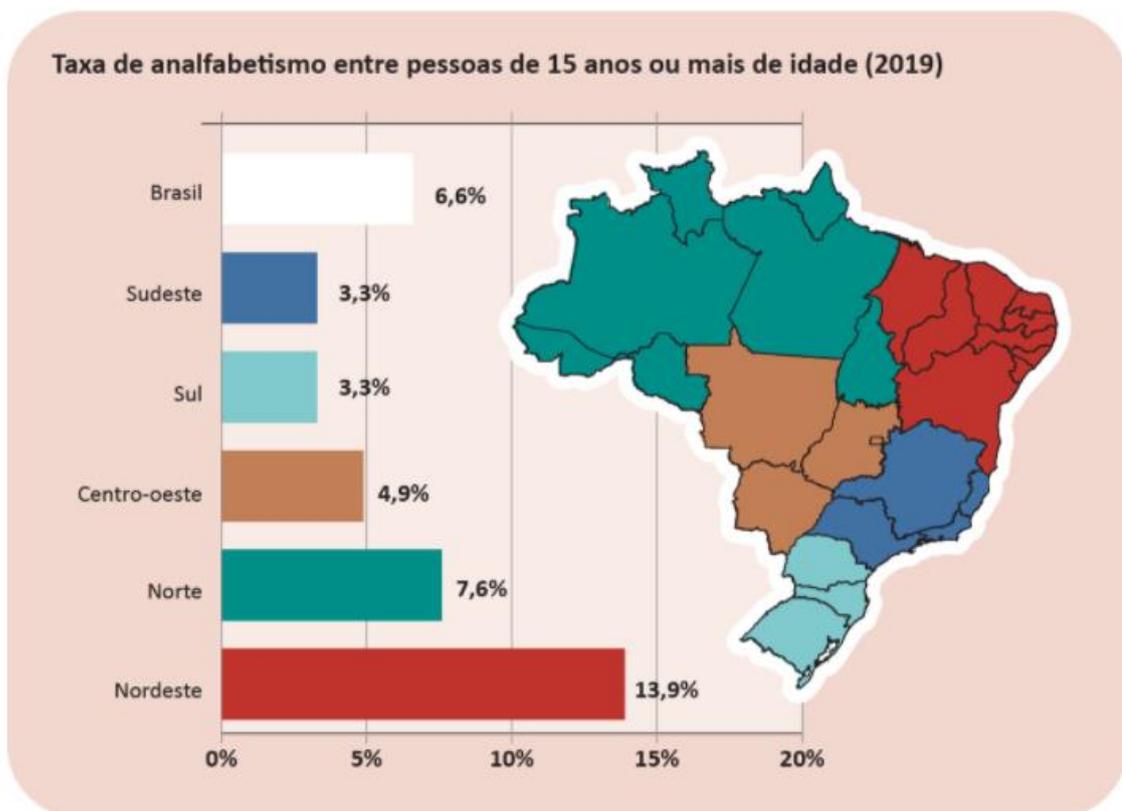


Figura 3: Taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade (2019)
 Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

As regiões com menor porcentagem de analfabetismo são também as regiões mais ricas e que concentram a maior parte da renda bruta do Brasil: as regiões sul, sudeste e centro-oeste. Os analfabetos destas regiões também são provenientes das regiões norte e nordeste, num movimento migratório, por melhores condições de vida.

Um relevante movimento migratório foi a construção de Brasília. A Capital da Esperança foi um dos principais atrativos para os nordestinos. Na busca por oportunidades, muitos vieram sem suas famílias, foram expostos a exaustivas e

longas horas de trabalho, pouco descanso, quase nenhum lazer, solidão, doenças e pouca educação (RIBEIRO, 2008).

Após sua construção, esses migrantes continuaram na capital buscando por trabalho. Muitos constituíram família, povoaram o entorno, receberam pouco do que fora prometido, mas, independentemente das condições, ficaram. Moram longe do centro, longe do trabalho. Passam horas no transporte público para ir e voltar do trabalho. Chegam em casa e trabalham novamente. Acordam muito cedo, dormem muito tarde. A história de um é a história da maioria.

Essas pessoas, com esse contexto de vida de muito trabalho desde muito novos, não tiveram a oportunidade de estudar no tempo certo, durante a infância. Viviam no campo, nas imediações da capital. Cresceram trabalhando na roça, ajudando seus pais e avós. Migraram à cidade já maiores, tentando acompanhar o ritmo diferente das escolas, se dividindo entre trabalho e escola, e, no caso das moças e mulheres, se dividindo, muitas vezes, entre cuidado com os irmãos menores, gravidez precoce, filhos e escola, atrasando, postergando seu tempo para o estudo.

Durante muito tempo, essas pessoas foram esquecidas, invisibilizadas pelo seu pouco potencial de exercer a cidadania. Elas não conheciam seus direitos, talvez ainda não conheçam. Não ler e não escrever é estar à margem dos acontecimentos da sociedade e ser levado de acordo com o que outras pessoas decidem, isso sendo relevante ou não para a sua vida.

Chegou um momento que o ensino aos adultos foi visibilizado e ganhou o interesse de políticos, principalmente no que se refere à participação dos indivíduos em eleições e em indústrias interessadas em mão de obra especializada. A partir daí, políticas públicas foram criadas voltadas à formação de adultos que tivessem deixado de estudar num determinado momento de suas vidas e que desejassem dar continuidade a esse estudo e concluí-lo.

2.1. A Educação de Jovens e Adultos

A Constituição de 1934 foi a primeira a trazer um capítulo específico sobre a educação. O ensino primário completo e gratuito passou a ser direito, inclusive e extensivo aos adultos. Muito mais do que exercer a cidadania e dar condições para a plena participação na sociedade, a educação de adultos aumentaria as bases eleitorais dos partidos e a produção econômica (BELLO, 2001).

Por um período, a educação de adultos se confundia com a educação profissional. Em 1945, metade da população era analfabeta. Em 1947, aconteceu a Campanha de Alfabetização de Adultos, cuja formação era voltada à cidadania. Nessa época, analfabetos não tinham direito ao voto, apesar desse caráter emancipador, e as campanhas de alfabetização também possuíam esse cunho político (BELLO, 2001).

Já em 1960, essa visão político-pedagógica, voltada às camadas populares se concretizava com as experiências de educação popular. Os materiais didáticos para os adultos eram inadequados, assim como os locais de ensino, e os professores não eram preparados para ensinar aos mais velhos. Foi quando surgiu a proposta de uma educação dialógica, que tem em Paulo Freire e nos movimentos de cultura popular suas referências (BELLO, 2001).

Um dos responsáveis por estas novas práticas pedagógicas voltada aos adultos à época foi Paulo Freire, assim como outros intelectuais, estudantes e católicos com engajamento político e educacional. Paulo Freire tinha uma “compreensão inovadora da problemática educacional brasileira, interpretava o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não causa da pobreza” (BELLO, 2001). Para ele, a educação é um instrumento de mudança social, libertação, transformação e possibilita a leitura crítica do mundo.

Por falar em Paulo Freire, ele nasceu em 1921, em Recife/PE. De família simples, cresceu em meio a transformações políticas no país. Fez Faculdade de Direito, trabalhou como professor, desenvolveu o método inovador de alfabetização de Angicos/RN, em 1963, onde alfabetizou 300 adultos em 45 dias, por meio dos Círculos de Cultura: eles aprendiam a ler as palavras e a ler o mundo.

Foi convidado pelo Presidente da República (João Goulart) para alfabetizar os operários de Brasília, posteriormente, com o golpe, foi cassado, exilado e voltou ao Brasil, por volta de 1980, como professor da PUC/SP e UNICAMP. Desenvolveu uma imagem pública, messiânica, e junto a outros intelectuais e trabalhadores, fundou o Partido dos Trabalhadores. Desempenhou outras atividades políticas e faleceu em 1997, aos 75 anos. Sempre trabalhou com ensino de adultos e, em sua maioria, da classe trabalhadora, não alfabetizados. Perspectiva que o leva a um olhar humanizado e popular, marca do seu trabalho.

Destaca-se também sua relevante produção acadêmica enquanto exilado, período em que ganhou grande notoriedade mundial e teve suas obras traduzidas

para diversas línguas. Dentre suas obras, as três principais: Educação como Prática da Liberdade (1967), seu principal livro; Pedagogia do Oprimido (1970), seu livro mais mencionado; e, seu livro mais comprado, Pedagogia da Autonomia (1996). “Mais do que consolidar uma metodologia, mais do que um jeito de ensinar, concretizou um jeito de aprender” (CABRAL,2005).

Voltando ao contexto histórico da EJA, em 1970, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) com uma base pedagógica oposta à freiriana. O MOBRAL propunha findar o analfabetismo em 10 anos e contava com o financiamento do governo, à época, a ditadura civil militar. Em termos políticos, o MOBRAL acabou sendo um instrumento de controle ideológico de pessoas simples vindas do interior do País (BELLO, 2001).

O Movimento de Educação de Base (MEB), que definiremos mais à frente no trabalho, foi um dos movimentos populares reprimidos durante o período da ditadura civil militar. Devido à perseguição dos órgãos de repressão e à hierarquia católica, acabou voltando suas atividades mais para a evangelização do que para a educação popular, como era o intento desde sua criação. Acabou perdendo o espaço para o Movimento Brasileiro de Alfabetização (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.114).

Além do MOBRAL, durante o período civil militar, houve a implementação do Ensino Supletivo, que “se propunha a recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que construísse no esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola [...] aos que não puderam realizar a sua escolarização na época adequada” (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.117).

Haddad e Di Pierro (2000, p.117) diz ainda que:

O Ensino Supletivo foi apresentado à sociedade como um projeto de escola do futuro e elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica observada no país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma determinada classe, como propunham os movimentos de cultura popular, mas de uma escola que não se distinguiu por sua clientela, pois a todos devia atender em uma dinâmica de permanente atualização (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.117).

Com o passar do tempo, o Supletivo passou a atender jovens com o ensino em atraso e, de certa forma, excluídos do formato normal educacional. “O resultado desse processo é que, no conjunto da população, assiste-se à gradativa substituição dos analfabetos absolutos por um numeroso grupo de jovens e adultos cujo domínio

precário da leitura, da escrita e do cálculo vem sendo tipificado como analfabetismo funcional” (HADDAD E DI PIERRO, 2020, p.126).

O atendimento na educação de jovens e adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se estende àquela que frequentou os bancos escolares mas neles não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.126).

Ainda vivenciamos desafios acerca de metodologias e práticas educacionais no âmbito da educação das pessoas que tiveram seus estudos atrasados, ainda mais aquelas que desejam ser alfabetizadas. E, além dos obstáculos que já existiam, agora estamos passando por uma pandemia de proporções mundiais.

Machado e Angelim (2021, p.87), trazem essa nova realidade mundial como uma guerra entre a condição humana e a pandemia, “que nos convoca a repensar a vida como prioridade de todas as políticas”. Inventar um novo modo de vida, frente à morte, reinventando o trabalho, assim como a educação, “enquanto processo de produção” (MACHADO E ANGELIM, 2021, p.87), adequar a mão de obra e continuar a formação dos brasileiros. Mais do que isso, a formação das pessoas não pode parar, a educação não pode parar, já que existem brasileiros que não foram alfabetizados e estão sem concluir a Educação Básica, que é direito garantido.

A educação deve resistir, assim como seu acesso a todos, independentemente da condição humana e da pandemia do Covid-19.

3. A PANDEMIA E A EDUCAÇÃO

Em fevereiro de 2020, o mundo foi informado da existência de um novo vírus, cuja doença é chamada Covid-19, de contaminação fácil e acometimento de uma espécie de pneumonia que pode ser mortal. A partir daí houve uma preocupação mundial com o alastramento da doença, devido à rapidez com que foi disseminada em seu próprio país de origem, a China.

Essa evolução impressionante da doença – na sua capacidade de transmissão, no impacto que projeta para o futuro, no volume de recursos que mobiliza, e no seu caráter então desconhecido – são alguns dos elementos que levaram a sua caracterização como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (MARQUES, SILVA E PIMENTA, 2020, p.226).

Trata-se de uma doença respiratória aguda grave, de rápida infecção e que transformou a vida de todo o planeta. Do dia para a noite as ruas se esvaziaram, o comércio fechou, trabalho realizado de casa, cultos e encontros virtuais, e as aulas nas escolas foram suspensas. A quarentena, no Brasil, iniciou-se em março de 2020.

Após essa data, vivenciamos crise sanitária mundial, crise política, financeira e econômica, e crise social. Famílias deixaram de se encontrar, as atividades fora de casa foram impossibilitadas, crianças e adultos deixando de ir às escolas, igrejas e templos fechados.

Em oposição aos problemas, houve a diminuição na poluição, natureza se reestabelecendo, fauna e flora recuperando-se por todo o mundo. Campanhas solidárias para ajudar quem perdeu o trabalho, quem passa por dificuldades, quem passa fome. E a valorização da ciência como salvação para o maior problema atual, que é a Covid-19 (MARQUES, SILVA E PIMENTA, 2020, p.227).

Não se sabe que implicações haverá no futuro, após estabilização da pandemia. Muitas famílias foram atingidas por mortes precoces de familiares, muitas sequelas físicas e neurológicas aos que foram acometidos pela doença e sobreviveram, muitas questões psicossomáticas aos demais, como medo, tristeza, ansiedade e pânico, relacionadas à falta de convívio social, importante a crianças, adolescentes, adultos e idosos, afinal, somos seres sociais, como disse Aristóteles (GRANDISOLI, JACOBI E MARCHINI, 2020a).

Até agora, abril de 2021, o que podemos fazer é nos prevenir: lavar sempre as mãos e roupas ao chegar em casa, usar máscara enquanto estiver na rua, álcool nas mãos quando não for possível lavá-las e aguardar ansiosamente pela vacina à toda a população. Distanciamento social, isolamento e evitar ambientes em que é possível ter aglomeração de pessoas também se faz necessário, desde o início da quarentena.

Mesmo com todos esses cuidados, os casos da doença cresceram de forma exponencial, assim como o número de mortos. Em consequência, a lotação de hospitais, falta de profissionais de saúde, falta de materiais e medicamentos, “solidão dos moribundos, a morte sem ritos e sem despedidas, as covas coletivas” (MARQUES, SILVA E PIMENTA, 2020, p.231). Tristeza e devastação.

Voltando ao passado, a humanidade já vivenciou grandes epidemias, inclusive a Gripe Espanhola, cuja velocidade de propagação não contou com travessias aéreas, portanto, demorou a chegar em algumas localidades, mas somou mais mortos que a própria Primeira Guerra Mundial. Outras epidemias vieram, mas não dessa forma que estamos evidenciando com a Covid-19.

Rosenberg elucida:

Experiência epidêmica como um evento dramático, cuja vivência pode ser narrada em atos. Estes partem da negação da existência do mal, substituída adiante por seu reconhecimento e aceitação. Na sequência, vem a busca pelos culpados, com a elaboração de esquemas explicativos mobilizando elementos morais, racionais e sobrenaturais. Mais à frente, tem-se o momento da negociação coletiva para fazer frente aos impactos provocados pela crise epidêmica. E, quando o drama começa a ser superado, chega-se ao momento de reflexão sobre o que um evento dessa natureza pode nos ensinar (ROSENBERG, 1995 apud MARQUES, SILVA E PIMENTA, 2020).

Além do que foi citado, outras questões também se evidenciam com a Covid-19, como as questões sociais. Nem todos passam pela pandemia da mesma forma. Não há equidade no acesso a hospitais, assim como não há como comparar o acesso à higiene de quem reside em bairros nobres e quem vive nas ruas das cidades.

A diferença também é grande quando olhamos o âmbito educacional. Com a pandemia do novo coronavírus, as escolas suspenderam suas atividades presenciais e, num contexto de excepcionalidade, cada local aderiu a uma alternativa de ensino “com o objetivo de reduzir o prejuízo educacional e a preservação do direito à educação” (NOVAES et al., 2020).

3.1. A pandemia e o ensino emergencial

A pandemia da Covid-19 trouxe consigo a necessidade de afastamento social, com isso as escolas e locais onde pessoas se reuniam para aprender tiveram suas atividades presenciais suspensas, desde o início da quarentena, decretada pelos governantes, com base no avanço da doença pelo mundo.

No Brasil, as atividades escolares foram suspensas desde março de 2020. Medidas emergenciais tiveram que ser pensadas para não prejudicar o processo de escolarização, assim como não acirrar ainda mais as “desigualdades de acesso e oportunidades” (NOVAES et al., 2020).

O cenário da pandemia trouxe à luz, de forma dramática e incontestável, as contradições ligadas às desigualdades sociais, econômicas, educacionais, étnicas, de gênero e de classe, que nos obrigam, enquanto sociedade, a fazer perguntas inadiáveis, no que diz respeito aos caminhos para encontrar as soluções que respeitem, acima de tudo, o direito a condições dignas de vida (SANTOS, LIMA E SOUSA, 2020).

Dentro das desigualdades destacadas por Santos, Lima e Sousa (2020), as principais que dificultam a continuidade das atividades de ensino e aprendizagem dos estudantes são os problemas de acesso aos meios tecnológicos, como o uso da internet e de tecnologias digitais, resultantes da desigualdade social a que estão submetidos a maioria dos estudantes, e até professores.

De forma muito rápida, professores e escolas tiveram que se adaptar a um “novo modelo de educação mediada por tecnologia” (GRANDISOLI, JACOBI E MARCHINI, 2020a). Nem todos os profissionais de educação tinham familiaridade com tecnologias e receberam treinamento, outros foram autodidatas, ou tiveram que ser. O fato é que todos os profissionais da educação foram impactados pela pandemia “levando em consideração diferentes indicadores afetivos, de saúde mental e pedagógicos, além de trazer uma visão do futuro da atuação docente e da educação pós-pandemia” (GRANDISOLI, JACOBI E MARCHINI, 2020b).

Como estratégias de contato e envio de materiais para os estudantes, inicialmente, os professores utilizaram redes sociais, e-mails e o aplicativo para comunicação via celular, o WhatsApp, mais popular entre os usuários. Também precisaram envolver e estimular as famílias, para os estudantes que necessitassem de um acompanhamento mais personalizado, como as crianças. E, mesmo com tais

medidas, muitos estudantes não concluíam tarefas e se sentiam desestimulados (NOVAES et al., 2020).

As aulas de forma remota foram surgindo e se transformaram no meio existente para dar continuidade ao ano letivo. Pequenos vídeos explicativos ou aulas ao vivo por vídeo. Professores foram se tornando apresentadores de pequenos programas de entretenimento educacional aos estudantes, com carga horária reduzida e muito cansaço por parte de todos, professores e estudantes. “Não é a mesma coisa que estar na escola”, destacou uma das estudantes que entrevistei ao longo da pesquisa.

Ainda estamos todos nos acostumando com as aulas remotas, crianças, jovens e adultos. Até estudantes universitários, que julgamos ter mais contato com tecnologias, conseqüentemente mais facilidade para acompanhar as aulas, estão sentindo dificuldade de adequação.

Cheguei a ouvir de um colega: “Fiz vestibular para ter aula presencial e não a distância”, assim, vale destacar as diferenças e semelhanças acerca dessas duas modalidades de ensino.

3.2. O ensino remoto e a educação a distância

O ensino remoto e a educação a distância não são a mesma coisa. O ensino remoto, como relatado anteriormente, trata-se de uma ação emergencial, nova, em meio a pandemia, para que as aulas acontecessem, sem prejudicar os estudantes.

Conforme decreto que regulamenta o artigo 80, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB):

Educação a distância é a modalidade educacional que busca superar limitações de espaço e tempo com a aplicação pedagógica de meios e tecnologias da informação e da comunicação e que, sem excluir atividades presenciais, organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares (BRASIL, 1996).

Tal definição mostra que a educação a distância já foi criada para atender estudantes que desejam fazer o curso inteiro superando as limitações de espaço e tempo. Há um ambiente virtual de aprendizagem que é como a sala de aula do curso, onde há espaços para atividades individuais, em grupo, bate-papo, fóruns e outros campos propícios para acontecer a aprendizagem a distância.

A regulamentação de que trata este Decreto é aplicável às instituições de ensino, públicas ou privadas, para oferta de cursos ou programas de educação a distância, nos seguintes níveis e modalidades:

I - educação básica de jovens e adultos;

II- educação profissional de nível médio;

III- educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) sequenciais;

b) de graduação, inclusive os tecnológicos;

c) de especialização;

d) de mestrado; e

e) de doutorado (BRASIL, 1996).

Nos itens enumerados pela legislação, a educação a distância não é indicada à Educação Infantil, Educação Básica de crianças e adolescentes, nem a estudantes em fase de alfabetização, de qualquer idade. A escolha pelo ensino a distância requer compromisso pessoal e autonomia, algo que os estudantes não-alfabetizados, crianças ou adultos, possuem, mas não no formato ideal a esse tipo de ensino, em termos de reconhecer os espaços adequados às postagens e encaminhamentos escritos enviados pelos professores.

Quando uma pessoa opta pelo ensino a distância, ela deve saber que necessitará de acesso à internet, equipamento para acessar as aulas e materiais, disciplina para organizar o próprio tempo de estudo, dentre outras características, inclusive de automotivação para dar continuidade e concluir o curso desejado. Quem estuda a distância sem ter esse entendimento e equipamentos, num determinado momento desiste, aumentando a evasão nessa modalidade de ensino.

Castro e Queiroz distinguem a EaD e o ensino remoto:

Masetto (2000) ao propor o uso de novas tecnologias para a mediação pedagógica se refere às “novas tecnologias” como aquelas ditas digitais ou por meio do computador. Para o autor, as técnicas didáticas devem ser integradas aos recursos tecnológicos e sempre com foco no propósito educacional, ou seja, no que se pretende que os alunos aprendam. Nesse sentido, a tecnologia passa a ter um valor relativo que ganha significado à medida que for sendo adequada ao alcance dos objetivos de aprendizagem (CASTRO E QUEIROZ, 2020).

Assim, compreende-se que, para uma mediação pedagógica e didática eficaz na EaD, o apoio das tecnologias é vital para que esta se estabeleça. Tais tecnologias devem ser adequadas para que sejam atingidos os objetivos de aprendizagem estabelecidos nessa concepção de educação, e devem acontecer de forma contínua. (CASTRO E QUEIROZ, 2020, p.7)

Outro fator relevante é o preparo da equipe, principalmente a qualificação docente, no que tange aos conhecimentos relacionados à informática e comunicação por meio de tecnologias, além dos conhecimentos educacionais, pois se tratam de aplicações muito distintas da educação presencial. (CASTRO E QUEIROZ, 2020, p.8)

O ensino remoto não foi uma escolha, trata-se da opção que há nesse momento de pandemia, em que não podemos nos expor em ambientes com muitas pessoas (como salas de aula e escolas), para que o ano letivo continue e os estudantes não sejam prejudicados.

Assim como os estudantes não estavam preparados para esse novo modo de aprender remotamente, os professores também não e tiveram que buscar ferramentas adequadas para realizar seu trabalho. Os desafios são desde o material e equipamentos necessários, até qualidade da internet para um bom acesso no decorrer das aulas remotas.

Há distinção no entendimento docente e discente. Os estudantes entendem por EaD toda atividade que não é presencial, o que é errado. A EaD possui suas metodologias pré-definidas e demais atividades que, excepcionalmente, como vem ocorrendo agora, acontecem de forma não-presencial, não são consideradas Ensino a Distância. Essa compreensão é mais clara aos docentes (CASTRO E QUEIROZ, 2020, p.10).

Aos estudantes, o desafio é conseguir assistir às aulas e compreender o que está sendo ensinado, seja pelo computador, pelo celular ou pelo tipo de acesso que possuir. O desafio, nesse momento, é continuar mantendo uma educação de qualidade.

Para os jovens, vem sendo difícil estudar de forma remota, e eles possuem familiaridade com as tecnologias. Aos mais velhos, menos adaptados às modernidades, principalmente os estudantes da EJA e os alfabetizando adultos, também não é fácil acompanhar as novas metodologias.

3.3. Exclusão digital

Diante da complexidade dos acontecimentos e da urgência com que vêm ocorrendo desde que a pandemia foi instaurada, vêm à tona também aspectos da desigualdade social que nos acomete enquanto sociedade. No contexto educacional, da utilização do ensino remoto, ao qual estamos submetidos, principalmente no

âmbito da EJA e da educação popular, fica ainda mais evidente a exclusão digital entre os partícipes.

Exclusão digital pode ser vista por diferentes ângulos, tanto pelo fato de não ter um computador, ou por não saber utilizá-lo (saber ler) ou ainda por falta de um conhecimento mínimo para manipular a tecnologia com a qual convive-se no dia-a-dia. De forma mais abrangente, podem ser consideradas como excluídas digitalmente as pessoas que têm dificuldade até mesmo em utilizar as funções do telefone celular ou ajustar o relógio do videocassete, observando-se assim que a exclusão digital depende das tecnologias e dos dispositivos utilizados (ALMEIDA et al., 2005, p.56).

Um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil é a desigualdade social, que está diretamente ligada à exclusão social, conseqüentemente à exclusão digital.

A exclusão social pode ser considerada essencialmente como uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros. Dessa forma, a exclusão social pode implicar privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, se, por esta se entender a participação plena na sociedade nos diferentes níveis em que esta se organiza e se exprime: ambiental, cultural, econômico, político e social (AMARO, 2004, apud ALMEIDA et al., 2005, p.57).

Segundo Vieira (2018, p.280), há duas marcas que identificam os estudantes da EJA, sua origem social em camadas populares e sua concepção de educação. Esses jovens, adultos e idosos buscam na EJA um resgate do direito à educação, que não foi possível na idade em que lhe era de direito. Essas pessoas estão em situação de vulnerabilidade social, pois experimentam, além da exclusão social, a segregação cultural, espacial, étnica e econômica.

“Eu quero ser alguém”, disse uma estudante durante a conversa/entrevista. Essa frase revela a falta de pertencimento social. Essa estudante é alguém, mas encontra-se à margem de um contexto de igualdade social.

Almeida et al., afirma que

Pessoas que devido ao analfabetismo ou baixa renda não utilizam ferramentas tecnológicas podem ser consideradas excluídas digitalmente. Já aquelas pessoas que, apesar de terem uma condição financeira favorável e alguma formação escolar, são resistentes às mudanças e não se envolvem com as novas tecnologias, ficam desatualizadas e tornam-se membros da sociedade da exclusão digital e conseqüentemente da exclusão social, visto que passam a ter maiores dificuldades em conseguir empregos, desenvolver suas carreiras, realizar pesquisas escolares, etc (ALMEIDA et al., p.59).

No âmbito da educação popular, não podemos apenas seguir um programa ou plano de curso pré-estabelecido, o educador popular deve compreender as

necessidades básicas de seus educandos, adultos ou idosos. A tecnologia não é algo básico aos estudantes da alfabetização, pois lhes é exigido um conhecimento básico de leitura o qual ainda não é possível estabelecer. Para tanto, essas pessoas necessitam de auxílio de outras que estejam dispostas a orienta-los para o uso do básico, como o celular smartphone.

Silva-Filho considera que

Um parceiro importante no combate à exclusão digital é a educação. A educação é um processo e a inclusão digital é um elemento essencial deste processo. Instituições de ensino, tanto públicas como particulares, devem contribuir para o aprendizado e interação dos cidadãos com as novas tecnologias, sendo para isso necessária a atuação governamental e da própria sociedade (Silva-Filho, 2003, apud ALMEIDA et al., 2005, p.60).

É necessário compreender como educar de forma remota sendo que os estudantes não sabem ler e nem utilizar tecnologias básicas para que o contato remoto aconteça.

Outra estudante, ao ser entrevistada e conversarmos, disse ter medo de mexer no telefone celular, pois ele é utilizado também pelo filho e, se ela fizer algo errado, ele vai “brigar” com ela. Assim, grande parte dos estudantes da EJA e da educação popular, são marcados pela opressão e a exclusão. Silenciados. Exclusão digital também é uma forma de silêncio.

O desejo é libertá-los, incluí-los e fazer esse inédito viável.

4. O ENCONTRO

Antes de conhecermos os estudantes de perto, convido-os a conhecer de forma breve a história do CEDEP, do MEB e do GENPEX, e o momento que esses movimentos se encontraram, contribuindo um com o outro, e contribuindo com o sonho de tantas pessoas.

4.1. O CEDEP, o GENPEX e a Educação Popular

A busca por um grupo de estudos, conhecido pelos estudantes do curso de Pedagogia da UnB por Projeto, me fez, por meio de conversas com colegas do curso, conhecer o Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais (GENPEX), orientado pela professora Maria Clarisse Vieira.



Figura 4 – Reunião semanal de projetos GENPEX, na UnB (Acima, da esquerda para a direita: Marcela, Fernanda, Letícia, professora Maria Clarisse Vieira, Ana Rosário, Mônica, Maria de Fátima, Larissa e a filha Lívia. Abaixo: Abigail, Camila, Frederico e Alice, também filha da Larissa).

Fonte: Arquivo pessoal

O grupo existe desde 1986, quando professores da Faculdade de Educação da UnB foram procurados e demandados pelo Movimento Popular do Paranoá, iniciando uma parceria que vigora até hoje. Dessa colaboração desencadeou um projeto de Educação/Alfabetização de Jovens e Adultos do Paranoá, bem como a fixação dos

moradores na região, à época muito visada pelo posicionamento geográfico, próximo ao Lago Paranoá e ao Plano Piloto, parte central de Brasília (CEPED, 2015).

À época, o GENPEX esteve sob orientação da professora Marialice Pitaguary, e, desde 1989, a orientação passou a ser feita pelo professor Renato Hilário (VIEIRA, 2015). A partir de 2016, a professora Maria Clarisse Vieira assumiu a coordenação dos trabalhos. Existe, inclusive, um grupo de continuidade, para alunos egressos, chamado Mantendo a Caminhada, que se reúne uma vez ao mês, aos sábados.

Hoje, o GENPEX é um desdobramento histórico do Projeto Paranoá de Alfabetização e Formação de Alfabetizadores/as de Jovens e Adultos das camadas populares, desenvolvendo atividades de educação e formação dos educadores populares, em parceria com o Movimento Popular, por meio do Centro de Desenvolvimento e Cultura do Paranoá e Itapoã (CEPED).

O CEDEP é uma entidade sem fins lucrativos e atua em prol da educação e da cultura naquela região. Surgiu quando, em meados da década de 1980, jovens lideranças da comunidade decidiram incentivar o desenvolvimento social da região, por meio da educação/alfabetização de moradores. Hoje, a representante do CEDEP é a educadora Maria de Lourdes (liderança no âmbito dos movimentos sociais para a educação na região do Paranoá desde a juventude), que fez parte do grupo de jovens que demandou apoio à Faculdade de Educação da UnB, em 1986.



Figura 5 – Reunião da comunidade com os representantes do CEDEP, no Salão Comunitário do Paranoá (Educadora popular Samara, coordenadora pedagógica Vilma, coordenadora pedagógica Lourdes, Fernanda e Mônica da UnB, Camila moradora do Paranoá Park e a mãe da Samara, que também é estudante da educação/alfabetização popular).

Fonte: Arquivo pessoal

Atualmente o CEDEP é apoiado financeiramente pelo Movimento de Educação de Base (MEB), que se responsabiliza pelo pagamento de bolsas aos educadores populares. Esses educadores, que na realidade do Paranoá e Itapoã são educadoras (pois a totalidade é de mulheres), são parte da comunidade, residem e trabalham na região.

A bolsa consiste de um valor de R\$ 400,00, para um trabalho de 3 horas, de segunda a quinta-feira em sala de aula e às sextas-feiras nos encontros de formação de educadores populares, realizados pelos estudantes de pedagogia do GENPEX, com o objetivo de formação continuada a essas educadoras, e que acontecem presencialmente no CEDEP.

A perspectiva dos educadores-alfabetizadores populares é enviar os estudantes para a Educação de Jovens e Adultos regular sequencial, além das turmas de Alfabetização. Desde 2019, o CEDEP possui turmas de preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), exame aplicado pelo Governo Federal que oferece a oportunidade a jovens e adultos, que não puderam concluir seus estudos ainda, de obter o certificado do Ensino Fundamental ou Ensino Médio (BRASIL, 2020).

Quanto ao MEB, trata-se de um movimento vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), sem fins lucrativos, que atua há 55 anos com educação popular, em diversos estados do Brasil. O MEB realiza ações de capacitação de agentes de educação de base, no contexto da educação popular, com inspiração na metodologia desenvolvida e utilizada por Paulo Freire (MEB, 2019).

O MEB foi um dos movimentos populares reprimidos durante a ditadura civil militar, em 1970 se caracterizou mais pela evangelização do que pela educação popular, devido às reprimendas advindas dos órgãos de repressão e hierarquia católica daquele período. Acabou perdendo um pouco do espaço para o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que acabou sendo um instrumento de controle sobre a população (HADDAD E DI PIERRO, 2000).

O MEB resiste até hoje, apoiando movimentos populares como o desenvolvido pelo CEDEP, na busca pela educação/alfabetização e encaminhamento ao ENCCEJA de estudantes da comunidade do Paranoá e do Itapoã.

Conhecer todos esses movimentos que atuam na busca pela educação/alfabetização de camadas populares, incentivando o sonho dos estudantes que buscam “se tornar alguém na vida”, como pude ouvir em uma das

conversas/entrevistas que fiz para desenvolver esse trabalho, me faz acreditar no mundo que eu busquei, quando, adolescente, e pertencente a um movimento de jovens católicos, pude atuar e tentar fazer a diferença na vida de pessoas.

Encontrei no GENPEX o que há algum tempo havia perdido, pela correria comum da vida adulta, a satisfação de fazer um trabalho sério e efetivo de transformação de vidas. Sempre gostei de ser um dos “passarinhos” que leva no bico a gota d’água para apagar o fogo da floresta. O trabalho realizado pelo CEDEP, em parceria com o MEB, com a ajuda da UnB, é completo, realiza.

4.2. Minha inserção no projeto

Em 2019, consegui, por meio do Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação na UnB, participar do projeto 4 (fase 2), que corresponde ao estágio docente no curso de Pedagogia. Não se trata de um projeto apenas, mas de diversas atividades, onde os estudantes recebem orientação acadêmica integral, introdução à Pedagogia, grupo de estudo e/ou projetos de ensino, pesquisa e extensão, contemplando também o estágio obrigatório, dividido em partes 1 e 2. De acordo com o itinerário formativo, o estudante opta em seguir a prática docente em uma das 4 etapas: Educação Infantil, Anos Iniciais - crianças ou adultos/EJAI, Gestão Escolar ou Espaços educativos não escolares (UNB, 2018, p.39).

Consegui, na fase 4.2, participar do projeto relacionado à educação/alfabetização de adultos, no âmbito da educação popular, na perspectiva da práxis, relacionando teoria e prática, e a formação continuada de educadores populares.

Pude acompanhar presencialmente algumas aulas na Escola Classe 01 do Itapoã (EC01-Itapoã) e no Centro de Ensino Fundamental 01 do Paranoá (CEF01-Paranoá). Conheci as metodologias utilizadas pelas educadoras Zamita, Ana Cristina e Rosa, no Itapoã, e Samara, Dione e Claudete, no Paranoá.

Cada educadora com uma personalidade, um tipo de relacionamento com seus estudantes, formas diferentes de conduzir suas aulas, jeitos especiais de envolver e estimular seus tutelados. A responsabilidade de conduzir pessoas exige coragem, pois são vidas e sonhos que também dependem do que e de como você faz como educador.

É muito delicado o papel de educador, pois não se trata apenas de alguém que transmite conhecimento, mas de um modo de estar no mundo. Cada dia mais sinto uma responsabilidade diária no processo de me tornar pedagoga. Não consigo mais agir apenas quando solicitada, a todo instante quero agir, quero instruir, quero aprender e atuar.

Vendo e interagindo com as educadoras, desde 2019, me aproximei mais de algumas, por afinidade e admiração. Não que todas não sejam admiráveis, elas são! São mulheres que saem todas as noites, deixam seus familiares para ajudar quem teve menos acesso à educação e isso é admirável. Mas algumas senti uma abertura maior à participação.

Fui convidada a fazer parte do processo dos estudantes, conhecer suas histórias de vida, conhecer parentes que frequentavam as aulas juntamente a eles (os netos), pude me emocionar ao ver a letra no caderno, pude jantar junto a eles no intervalo, rir junto de alguma coisa dita em aula.

As turmas das educadoras do Itapoã nos convidaram a entrar, não só eu, como meus colegas, estudantes participantes do GENPEX. Como foi gostoso compartilhar as idas e voltas na van da UnB, e, ao chegar na EC01 - Itapoã, ter tanta receptividade das educadoras.



Figura 6 – Na EC01-Itapoã: as educadoras populares e alguns estudantes (Educadora Ana Cristina, estudante 1, estudante 2, estudante 3, educadora Zamita, estudante 4, educadora Rosa, estudante Jaime, estudante Gildemar e a esposa dele).

Fonte: Arquivo pessoal

Segundo as educadoras, todas trabalhavam com uma palavra geradora para a composição de um texto colaborativo. Trabalhavam com livros didáticos e com palavras indicadas pelos estudantes naquele dia.



Figura 7 – Na EC01-Itapoã: Atividade de matemática com a turma da educadora popular Zamita (estudante Heni, de costas, neta da estudante Maria, estudante Alcione, educadora Zamita e Mônica da UnB).
Fonte: Arquivo pessoal

É importante destacar que as imagens disponibilizadas acima dizem respeito ao período em que as atividades aconteciam presencialmente.

Não obstante, vale trazer os 4 eixos que se tornaram pilares do GENPEX, são eles: amorosidade/acolhimento, situação-problema-desafio, texto coletivo e fórum. Nossos estudantes são pessoas excluídas da sociedade, do direito básico de estudar, conseqüentemente, excluídos de exercer a cidadania, de terem melhores empregos, de terem a liberdade para ir e vir, ao não conseguir ler o itinerário dos ônibus, anotar recados ou utilizar redes sociais.

A “descoberta do acolhimento” (VIEIRA, REIS E SOBRAL, 2015, p.17) se dá quando ouvimos e somos ouvidos, conhecemos e nos apresentamos, dialogamos, nos igualamos ao outro, somos empáticos, interessados e desejamos o bem do outro.

Assim realizamos as conversas/entrevistas. Algumas duraram mais de 1h, pois a conversa ultrapassou as questões, expressamos nossas histórias, receios e angústias, diante de tudo que vimos passando. Eu fui acolhida, além de acolher, fui ouvida, além de ouvir e conheci pessoas tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais a mim. Foi a minha parte favorita no trabalho. Acolher.

Situação-problema-desafio é o termo utilizado para reflexões acerca de “necessidades amorosas/afetivas, econômicas, financeiras, sociais e culturais” (VIEIRA, REIS E SOBRAL, 2015, p.19) vivenciados pelos estudantes-moradores do Paranoá e do Itapoã. Neste trabalho trata-se do acesso a tecnologias por estudantes da educação/alfabetização e do preparatório ao ENCCEJA, com poucos recursos econômicos e pouco conhecimento tecnológico para assistir aulas remotas, devido ao distanciamento necessário no período de pandemia.

Num processo de ressignificação surgiu “o texto coletivo, construído a partir da transcrição da palavra falada em palavra escrita, por meio do registro do diálogo entre os sujeitos da EJA” (VIEIRA, REIS E SOBRAL, 2015, p.21). Esse registro possibilita a “desinibição e o empoderamento coletivo dos alfabetizandos/alfabetizadores/UnB” (VIEIRA, REIS E SOBRAL, 2015, p.21). Todos são vistos como atores e autores no processo de ensino e aprendizagem.

O fórum é um encontro de todos esses atores que transpassam por todo o âmbito da educação/alfabetização popular de adultos do Paranoá e do Itapoã. É uma reunião onde há votações para decidir as situações-problema-desafio que serão trabalhadas no período, além de ser a oportunidade de os estudantes apresentarem as atividades desenvolvidas no decorrer do semestre (VIEIRA, REIS E SOBRAL, 2015, p.28).

Com a pandemia, houve a necessidade do distanciamento. As escolas fecharam, as aulas presenciais e fóruns foram suspensos, mas as educadoras mantiveram contatos com seus estudantes, já que todos residem nas proximidades.

4.3. O ensino remoto e os envolvidos

Fomos todos pegos de surpresa pela crise sanitária mundial e as metodologias conhecidas até o momento eram para o ensino presencial ou o ensino a distância, nada foi desenvolvido para o ensino de forma remota.

Nada foi preparado para alfabetizar adultos de forma remota. Alguns não sabem ler, não sabem escrever e, conseqüentemente, têm dificuldades de acesso e manuseio a tecnologias.

O contato com os estudantes alfabetizandos foi mantido pelas educadoras, tanto em encontros na vizinhança, como pelo aplicativo WhatsApp de mensagens no celular.

Mensagens de áudio.

As ações tomadas para dar continuidade ao processo de educação/alfabetização, em 2020, o ano de início da pandemia, foram emergenciais. Tanto por mensagens de áudio no WhatsApp, como entregando materiais impressos nas casas dos estudantes, a fim de não findar as esperanças e sonhos de ler e escrever.

O trabalho do GENPEX, em parceria com o CEDEP, retornou em fevereiro de 2021, quando a Universidade de Brasília conseguiu se organizar no retorno de volta às aulas, também no formato remoto, de forma mais concreta, após a experiência de ensino remoto do semestre anterior ter “dado certo”. Não foi fácil.

Como estudante de segunda graduação, adulta, com conhecimento tecnológico, motivada, não foi fácil estudar de forma remota. Sei ler, escrever, domino as tecnologias necessárias para desenvolver qualquer atividade acadêmica solicitada. Possuo internet sem fio, notebook, tablet e celular, não perdi meu emprego durante a pandemia e resido num bairro de classe média. Mesmo com essas facilidades, não vem sendo fácil para mim.

No meu contexto, não foram fatores físicos que me atrapalharam em ter um bom semestre letivo. Os aspectos psicológicos foram determinantemente os grandes impeditivos ao meu desenvolvimento acadêmico. Inclusive, foi por isso que decidi escrever dessa forma, menos formal e mais pessoal.

De volta ao trabalho com o GENPEX, meu olhar pedagógico se voltou a como está acontecendo essa passagem do ensino presencial para o ensino remoto aos estudantes que não sabem ler e escrever ainda, ou, se sabem, é muito pouco ou quase nada. E, como eles vem lidando com os recursos que possuem para tentar acompanhar essas aulas.

A educação/alfabetização acontecerá junto à inclusão digital, pois não há como, nesse momento, uma acontecer sem a outra. O diálogo entre a educação/alfabetização e o manuseio das tecnologias acontecerá no cotidiano

pandêmico. A impotência não existe, nesse caso, a necessidade e vontade fará acontecer.

No Colóquio - Cartas para Paulo Freire, ocorrido em agosto de 2020, ouvi do professor-palestrante Ricardo Maris uma frase inspiradora: “Educador popular não enxerga o que existe, ele enxerga o que pode existir naquilo que existe”. Sendo assim, naquilo que existe, enxergamos que sim, nossos estudantes vão conseguir aprender algo pelo ensino remoto. Nossa perspectiva é transformar.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Ao desenvolver este estudo, confirma-se o que disse Paulo Freire: “não é possível fazer educação sem conhecer o educando, sem partir de sua realidade”. É importante mapear o universo do estudante, sua leitura do mundo. Para transformar sua realidade, torna-se necessário conhecer seus desejos, resgatar seus sonhos (TV UFPB, 2017).

Quanto aos sonhos, estes são os direitos que lhes foram negados no decorrer de suas vidas. Direitos básicos. Nicodemos e Serra (2020) confirmam:

A luta pela garantia de direitos sociais e humanos em uma sociedade historicamente marcada por desigualdades e pelo não reconhecimento das diferenças não é novidade no Brasil. [...] A invisibilidade de muitos desses sujeitos nas políticas implementadas para o combate à disseminação da Covid-19, somou-se a invisibilidade da EJA nas políticas educacionais durante o período de distanciamento social (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.872).

Uma estudante afirmou que nunca teve a chance de estudar e agora o está fazendo desde 2019, pois tem o sonho de “ser mais inteligente; aprender a ler e nunca mais perguntar o que tá escrito pra ninguém”.

Um direito assegurado pela Constituição de 1988, a educação, assim como a vida, deveria acontecer naturalmente. Em idade escolar a criança iria à escola, aprenderia a ler, escrever, socializar. Contudo, para muitos brasileiros, esse básico se transformou num sonho por vezes inalcançável.

Diante desses desafios e da necessidade do acolhimento no decorrer dos telefonemas, foi pensado um questionário com intuito de conhecer esses estudantes e suas condições sociais de acesso tecnológico para acompanhar as aulas no formato remoto, assim como suas expectativas acerca da passagem do ensino presencial ao ensino remoto, assim como sua motivação em continuar a estudar em meio à pandemia.

A pesquisa também teve e tem a intenção de informar ao CEDEP sobre os estudantes que continuam no projeto, para subsidiar a continuidade do trabalho das coordenadoras e das educadoras populares. Inclusive, os dados que serão mostrados a seguir, já foram apresentados, no dia 9 de abril de 2021, na reunião conjunta de Formação das Educadoras Populares, e que acontecem todas às sextas-feiras, de forma on-line.

Em um primeiro momento, após conversa com cada educadora, via mensagens no aplicativo WhatsApp, explicando acerca da pesquisa, fui inserida nos grupos das turmas. Ao entrar nas turmas, gravei um vídeo de apresentação, explicando sobre a conversa/entrevista e solicitando que informassem o melhor horário para telefoná-los. E assim aconteceu. As ligações telefônicas aconteceram para cada um daqueles que consentiram o telefonema.

Conversando entrevistamos todos os estudantes da turma da alfabetizadora Ana Cristina, alguns dos estudantes das turmas das educadoras Waléria, Lucimar e Tâmera, que fazem a preparação para o ENCCEJA. Nestas turmas, tivemos menor adesão.

Contei com a valiosa ajuda da estudante Fernanda¹, colega e amiga do GENPEX, que, além de colaborar na construção do instrumento de pesquisa, ficou responsável pelas ligações aos estudantes da turma da alfabetizadora Waléria e alguns outros estudantes que não consegui ligar no horário indicado. Depois me passou os dados e respostas obtidos.

O caminho percorrido desde a criação do questionário (conversa/entrevista), trocas com a Fernanda, compartilhamento com nosso grupo, contato com as educadoras, vídeos para as turmas, culminando com os telefonemas, vídeo-chamadas e os minutos de conversas foi muito prazeroso para mim. Também estou em isolamento, perdi pessoas próximas, sinto medo e aprendi a me cuidar mais. E esses telefonemas fizeram meus dias mais significativos. Senti esperança em executar ações que ajudem essas pessoas a realizar seu sonho de ler e escrever. Senti amor pelo trabalho que pretendo executar. Senti emoção em saber que posso fazer parte disso tudo e quero fazer.

Conto com as equipes de trabalho do GENPEX, CEDEP e as educadoras, incansáveis maestras. E, trazendo de uma fala de um dos estudantes com uma forma generosa de ver a vida: só tenho a agradecer.

A conversa/entrevista foi realizada individualmente, por meio de ligação telefônica ou por vídeo-chamada, num horário combinado com cada estudante, a fim de deixá-los o mais confortáveis possível. Muitos não disponibilizaram horário e contatei um a um, em conversa privada por áudio, tentando combinar um horário.

¹ Fernanda Pires Cardoso, estudante de Pedagogia que colaborou na elaboração e aplicação dos questionários.

Mesmo assim, não foi fácil. Conseguimos aplicar a conversa-entrevista a 25 estudantes de 2 turmas de educação/alfabetização popular e 2 turmas de preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

A conversa/entrevista aplicada tem 28 itens, divididos em 9 questões, cujas perguntas transitam entre dados pessoais, dados sociais, dados relacionados à tecnologia, ao acesso à internet, ao ensino remoto, ao impacto da pandemia em seu cotidiano e ao desejo de conhecer o sonho de cada um deles.

Após a realização desse trabalho, contataremos os demais estudantes até concluir todas as turmas, finalizando a busca dessas informações para o CEDEP, pois a intenção não é só realizar esse trabalho, mas dar subsídio ao CEDEP e seus parceiros à elaboração de estratégias para dirimir os prejuízos que o formato remoto traz aos alfabetizandos, sem a proximidade dos educadores.

O segundo momento foi a realização das conversas/entrevistas em si. A condução foi de forma pessoal e afetiva, conversando e conhecendo individualmente cada pessoa. Não se tratavam de objetos de pesquisa, mas de pessoas com quem criei laços em diálogos de 15 minutos e, alguns, por mais de 1 hora.

Em tempos de distanciamento social e isolamento, esse telefonema foi um momento agradável de diálogo entre 2 pessoas, onde me dediquei a ouvi-los e fui ouvida também. Considero a conversa/entrevista uma oportunidade. Criei vínculos e até hoje recebo e respondo mensagens deles. Foi muito enriquecedor.

Este movimento vivenciando a pesquisa fez-me recordar as palavras do professor Renato Hilário (2015),

A amorosidade/acolhimento pode ser assim compreendida/o: [...] chamo de amorosidade: o desenvolvimento dessa capacidade de escutar/ouvir/pensando o outro e falar/pensando, levando em conta o outro que ouve/escuta. Talvez, a motivação, os desejos, necessidades, interesses e emoções que estão por trás das palavras e do pensamento que se expressam através delas. Não é a palavra que escuto. É um ser humano, que me traz o conjunto de sua vida e que me permeando com seu saber, poder, sentir, me faz desenvolver, e ao atuar responsivamente, também o permeio com meu saber, poder, sentir e ele também desenvolve. Troca. Intercâmbio resultante. Movimento práxico dialético de um desenvolvimento em espiral (REIS, 2011, p.133 apud VIEIRA, REIS E SOBRAL, 2015).

Amorosidade, afeto, cuidado, tudo isso aconteceu naturalmente durante as conversas/entrevistas. Mesmo com os educandos mais resistentes. Conforme encontrávamos semelhanças, eles se sentiam mais seguros e entregavam um sorriso do outro lado da linha.

Um fato importante a ser destacado, quanto às educadoras populares, nesse momento, estão atuando somente mulheres. Não há educadores populares homens na região do Paranoá e Itapoã.

Outro fator relevante detectado de imediato foi o fato de 3 das estudantes não possuírem aparelho celular para acesso e contato individualizado. Elas compartilham o aparato com os filhos.

Conforme a PNAD Contínua TIC 2018, realizada pelo IBGE,

Nos 14.991 mil domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram (84,4%) foram: falta de interesse em acessar a Internet (34,7%), serviço de acesso à Internet era caro (25,4%) e nenhum morador sabia usar a Internet (24,3%). Em outros 7,5% das residências os moradores disseram que não havia disponibilidade de rede na área do domicílio e 4,7% deram como justificativa o alto custo do equipamento eletrônico para conexão (IBGE, 2020).

A maior parte das pessoas que participa do projeto é predominantemente de baixa renda. Os estudantes, pelo fato de terem pouco ou nenhum estudo, acabam se submetendo a atividades pesadas, como obras e serviço doméstico em casa de terceiros. Conseqüentemente, os salários são precários e os impossibilita ter equipamentos mais modernos, internet de boa qualidade, e seus recursos financeiros acabam sendo voltados às necessidades básicas desses indivíduos.

Apenas 1 estudante não quis participar da conversa/entrevista, pois alegou que só será aluna e voltará a frequentar as aulas quando for no formato presencial. Insegurança. “Silenciamento. Autossignificação de que ‘nada sou’, ‘nada sei’, ‘nada posso’, ‘não tenho força’” (VIEIRA, 2015, p.17).

Dando continuidade aos dados obtidos na conversa/entrevista, eis nosso universo:

Alfabetização popular	
<u>Turma da Ana Cristina:</u>	
13 estudantes	
12 entrevistados	
	<u>Total de entrevistados:</u>
	17
<u>Turma da Waléria:</u>	
11 estudantes	
5 entrevistados	

Quadro 1 - Quantitativo de estudantes das turmas de educação/alfabetização
Fonte: Autoria própria

As turmas de educação/alfabetização popular, das educadoras Ana Cristina e Waléria, totalizam 24 estudantes, mas apenas 17 concordaram em ter a conversa/entrevista até o mês de abril. Acredito que a facilidade no acesso aos estudantes da turma da Ana Cristina se deu pelo fato de eu estar inserida na turma desde o início do semestre, acompanhando e fazendo parte de suas conversas cotidianas.

Os estudantes, apesar do distanciamento físico, conheciam minha voz, pois gravei áudios no dia a dia do grupo. E o fato de um dos alfabetizandos, o Sr. José, já ter estudado comigo em semestre anterior, foi um facilitador. Ele gravou um áudio no grupo dizendo que eu era “muito legal” e isso facilitou a acolhida.

As turmas de preparação para o ENCCEJA, das educadoras Lucimar, Tâmera e Francisca, totalizam 61 estudantes, mas apenas 8 concordaram em participar da conversa/entrevista até o mês de abril.

ENCCEJA	
<u>Turma da Lucimar:</u>	
16 estudantes	
4 entrevistados	
<u>Turma da Tâmera:</u>	<u>Total de entrevistados:</u>
28 estudantes	8
4 entrevistados	
<u>Turma da Francisca:</u>	
Não entrevistada ainda.	

Quadro 2 - Quantitativo de estudantes das turmas de preparação para o ENCCEJA
Fonte: Autoria própria

A adesão à conversa/entrevista nas turmas de preparação para o ENCCEJA foi menor pois entrei nas turmas já em abril, não conseguindo estabelecer de forma mais ampla o contato com os estudantes. No meu ponto de vista, isso também é um resultado. Sem diálogo, sem proximidade, sem vínculo. Paulo Freire sempre falou sobre o diálogo e o quanto é fundamental o diálogo para criar vínculos. Em Pedagogia do Oprimido, ele dedica parte da obra ao diálogo como essência da educação, como ato de coragem, comprometimento e amor às pessoas. Para ele, só há diálogo se houver humildade, confiança no outro (FREIRE, 1987). Como foi importante dialogar com os estudantes da Turma da Ana Cristina para que todos quisessem conversar comigo ao telefone.

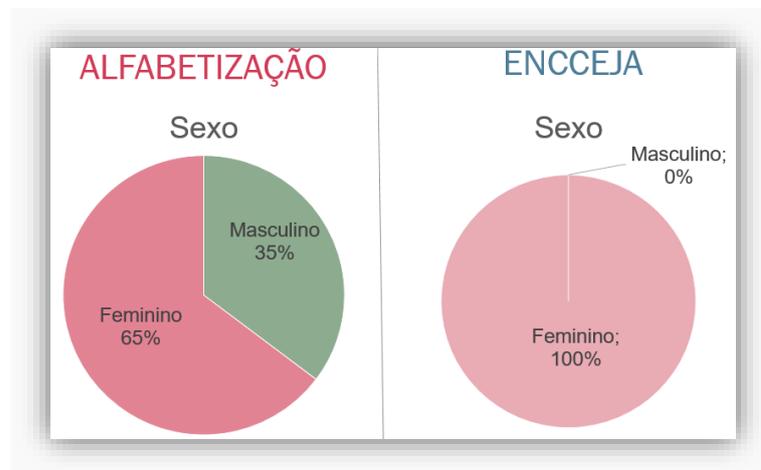
No decorrer da conversa/entrevista, a busca foi em destacar questões identitárias como gênero, naturalidade e etnia. Nicodemos e Serra (2020) acreditam que:

O debate em torno das identidades dos sujeitos educandos da EJA consiste em ponto central das reflexões sobre a modalidade, tanto no que se refere ao desenho e à implantação de políticas públicas, quanto no que diz respeito ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido (CIAVATTA; RUMMERT, 2010; PAIVA, 2011; SALES; FISCHMAN, 2019). Por isso a necessidade de sempre se indagar sobre quem são, o que fazem, em que territórios vivem, que experiências de vida carregam e que lugar ocupam na sociedade de classes. Nesse sentido, concordamos que é preciso aprofundar o debate sobre as marcas identitárias desses sujeitos, principalmente as relacionadas a questões de gênero, de classe, de origem regional e étnico-raciais, dentre outras (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.873-874).

Seguindo com os dados obtidos na conversa/entrevista, 65% das alfabetizadas são mulheres, assim como 100% são mulheres que aceitaram participar da conversa comigo nas turmas do ENCCEJA. Apenas 35% dos alfabetizados são homens.

Os dados do IBGE informam que “cerca de 75,7% das mulheres utilizaram a Internet em 2018, percentual um pouco acima daquele verificado entre os homens: 73,6%” (IBGE, 2020).

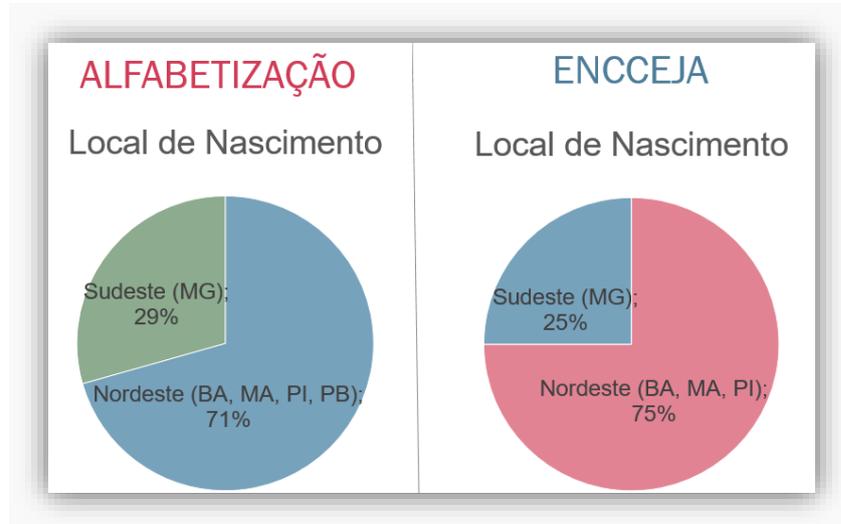
Confrontando esses dados, as mulheres parecem predominar nas turmas que realizamos as conversas/entrevistas, continuado os estudos, mesmo no formato remoto, por ousarem mais e utilizarem mais a internet em seu dia-a-dia.



Quadro 3 – Sexo dos estudantes
Fonte: Autoria própria

Dos estudantes que responderam à conversa-entrevista, 71% da educação/alfabetização e 75% do preparatório ao ENCCEJA, são nordestinos que vieram da Bahia em sua maioria (municípios: Campo Alegre de Lourdes, Santa Maria

da Vitória, Pilão Arcado, Valença e Buritirama), e também do Maranhão (municípios: Araiões, Açailândia e Luiz Rocha), Piauí (municípios: Uruçui, Parnaíba e São Raimundo Nonato) e 1 da Paraíba (não revelou o município). O restante veio do interior de Minas Gerais (municípios: Januária e Buriti), na Região Sudeste.

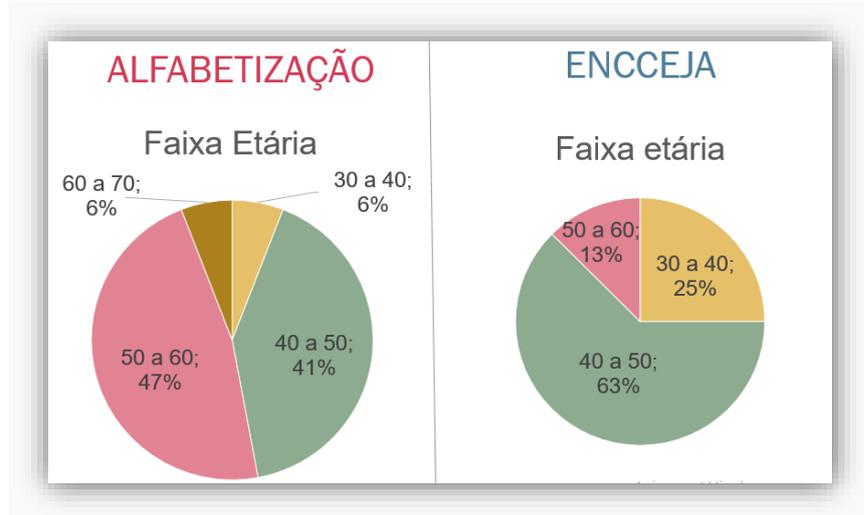


Quadro 4 – Naturalidade dos estudantes
Fonte: Autoria própria

Os dados confirmam que a maior parte dos nossos estudantes vieram da região mais pobre do país e vieram para a capital do país em busca de melhores condições de vida (VIEIRA E JUSTO, 2018, p.96).

A faixa etária dos estudantes, segundo a conversa/entrevista, comprova que a maioria dos alfabetizandos têm entre 40 e 60 anos. Há apenas 1 estudante com 34 anos e 1 estudante com 63 anos, que inclusive estava vibrando por estar perto de tomar a vacina contra a Covid-19. Nas turmas do ENCCEJA, a maioria dos estudantes está com faixa etária entre 40 e 50 anos.

Os dados apresentados mostram que as mulheres têm mais dificuldade em retornar aos estudos, pois têm que cuidar de suas famílias e, muitas vezes das famílias de seus filhos. Acabam voltando em idade mais elevada. Já os homens possuem um pouco mais de liberdade para acessar os estudos em idade adulta.



Quadro 5 – Faixa etária dos estudantes
Fonte: Autoria própria

Questões raciais sempre estão inseridas no contexto escolar. Carreira (2013) afirma que:

Nas relações cotidianas, o racismo prejudica o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima de milhões de pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados. Ele também é um obstáculo para a construção de relações respeitadas, de reconhecimento positivo e de solidariedade entre as pessoas, ao alimentar a ideia de uma sociedade hierarquizada, na qual uns “valem mais que outros”, que determinadas histórias e culturas são melhores do que outras. Em decorrência disso, é possível entender – mas não aceitar – o lugar ainda estereotipado e desvalorizado da cultura e da história africana e afro-brasileira na construção da identidade e da nacionalidade brasileira (CARREIRA, 2013, p.12).

A raça dos nossos estudantes é negra. A maioria das respostas apontaram que os estudantes se autodefinem com a cor de pele morena ou bem morena, que enquadrei na definição parda. Apenas 1 alfabetizanda se autodefiniu como negra e 1 como “com pele vermelha, fogueio”, pois a avó era indígena. Nas turmas de ENCCEJA 2 irmãs se definiram negras.

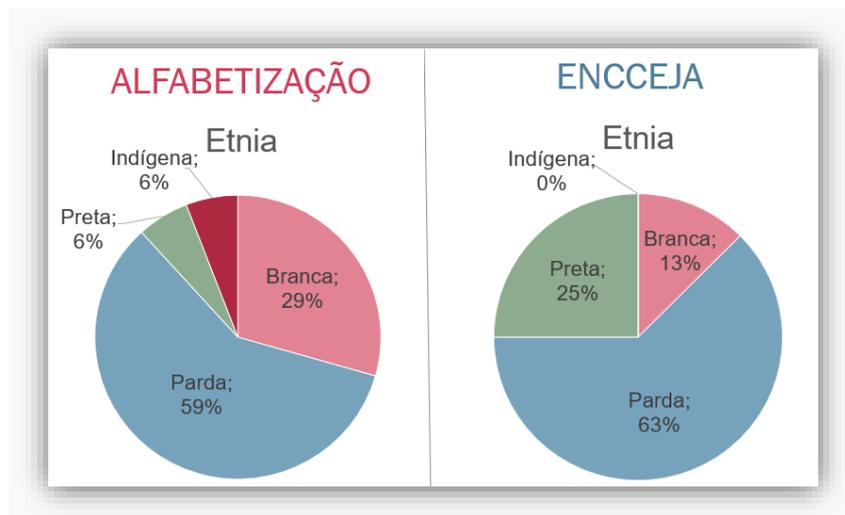
O racismo está enraizado na sociedade. A sociedade brasileira em sua maioria é constituída de pessoas negras. A maioria das pessoas negras não se reconhece como tal ou não aceita ser definida como pertencente a esta raça. Nas periferias a tonalidade das peles é ainda mais evidente. E eles não se identificam como pessoas negras.

Outro fator relacionado a cor da pele, é a diferença secular entre a qualidade no ensino para regiões consideradas de pessoas brancas e regiões onde a maioria é de pessoas negras. No DF, o Plano Piloto é de maioria branca e a periferia é negra,

excluída. Paranoá e Itapoã são periferia de Brasília. Há mais pessoas negras nessa região.

O fato de ser a região pesquisada considerada cidades do entorno de Brasília, encontramos mais pessoas negras e mestiças, em sua maioria, e migrantes da Região Nordeste, que chegaram à capital em busca de oportunidades.

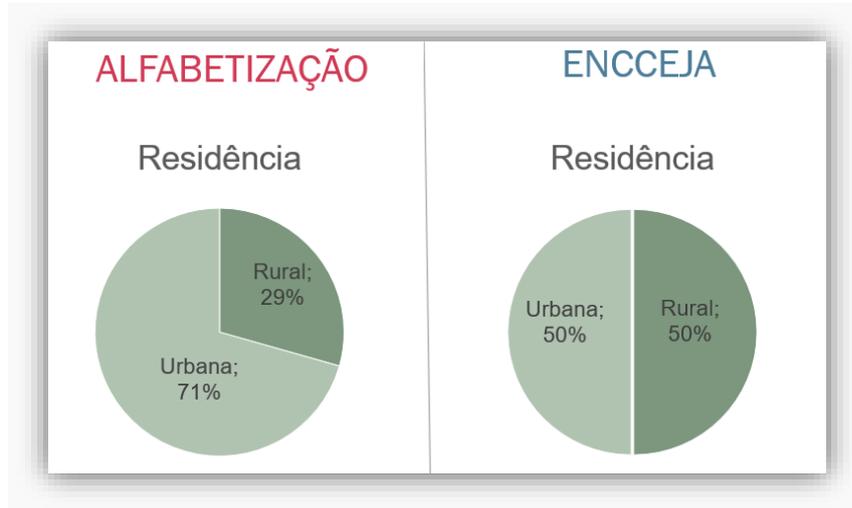
Os dados resultantes da pesquisa, ratificam os dados de referência, quando mostram que os estudantes da EJA são periféricos, pretos, nordestinos, rurais, com subempregos.



Quadro 6 – Etnia dos estudantes
Fonte: Autoria própria

Continuando a apresentação dos resultados, 71% dos alfabetizandos residem em área urbana (Itapoã) e 29% em área rural (Café sem Troco e Setor de Chácaras). Quanto àquelas que pretendem prestar o ENCCEJA, 50% residem em área urbana (Paranoá e Itapoã) e 50% em área rural (Café sem Troco, Rota do Cavalo e assentamento próximo).

Considerando a zona urbana, na pesquisa, o Paranoá e o Itapoã, que são Regiões Administrativas autônomas em termos de gestão, mas economicamente dependentes de Brasília. Em sua maioria, os estudantes trabalham na capital. É relevante saber que ambas têm em seus territórios grandes áreas rurais há apenas 35Km da rodoviária do Plano piloto, centro de Brasília. A internet nessas regiões não possui a mesma velocidade, continuidade e a qualidade que a internet oferecida no centro da cidade. O que já marca mais uma situação de exclusão social àquela região.



Quadro 7 – Local de residência dos estudantes
Fonte: Autoria própria

Seguindo os relatos, 80% dos estudantes de todas as turmas tentaram estudar antes, “quando era muito pequeno”, mas foram impedidos de continuar pois tinham que ajudar os pais com o trabalho na roça. Apenas 3 relataram que nunca tiveram a chance de estudar.

No texto de Reis, Oliveira e Wanderley, Letra M de Mãe, sobre mulheres que, por não saberem ler e escrever, não puderam participar ativamente da vida escolar de seus filhos, há dados sobre a evasão das crianças em idade escolar:

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) apontam que, em 2019, mais da metade dos adultos acima de 25 anos (51,2%) não havia completado os estudos. Os motivos principais para evasão entre jovens de 14 a 29 eram:

- necessidade de trabalhar (39,1%);
- pouca atratividade da escola (29,2%);
- gravidez (23,8%);
- afazeres domésticos (11,5%) (REIS, OLIVEIRA E WANDERLEY, 2021).

Aos homens a motivação para evasão escolar também se divide entre a inserção no mundo do trabalho e a pouca atratividade escolar. Eles relatam trabalho na roça, ajudando os pais, e depois dificuldade em acompanhar os estudos por isso acabaram desistindo. O fenômeno não é novidade, pois são muitos relatos similares quando se trata da EJA.

Nesse momento da conversa/entrevista, além de falar sobre o que os levou à evasão, também ouvimos que o retorno de quase todos eles foi há 2 anos ou meses antes da crise sanitária chegar ao Brasil.

Quase todos os estudantes que participaram da conversa/entrevista já faziam parte das turmas de suas educadoras populares e, durante a pandemia, continuaram seu contato por meio dos grupos do aplicativo WhatsApp, com troca de mensagens por áudio, vídeo e algumas tentativas das educadoras em enviar algum material impresso para aprendizagem. Essa procura das educadoras populares, em manter contato com estudantes a quem elas já assistem e convidar novos estudantes às turmas, nomeamos busca ativa.

Nicodemos e Serra (2020) atentaram ao fato de

Como atingir os educandos em distanciamento social se são esses os que mais passaram a sentir os impactos socioeconômicos da pandemia. Passadas as primeiras semanas e tendo como horizonte um período mais longo do que se esperava de distanciamento, muitas escolas e educadores iniciaram um processo de aproximação virtual com seus educandos [...], no entanto, logo se viu que esse contato seria mais complexo e incerto do que se poderia supor (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.872).

Todos os entrevistados que conversei relatam sentir muita saudade do ensino presencial, quando podiam se encontrar na escola com as educadoras e os colegas. “Nossa, meu Deus do céu, sinto saudade demais!”, disse uma das estudantes que conversei.

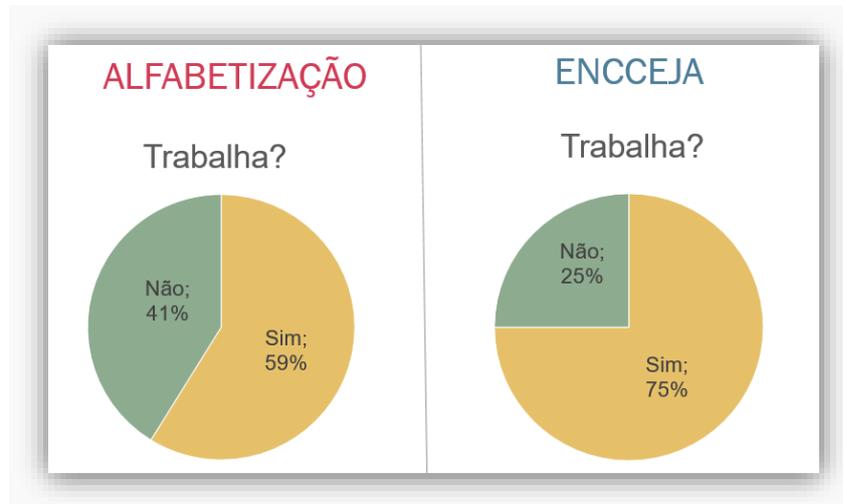
O espaço escolar, para os estudantes de educação/alfabetização popular e EJA, não é apenas para estudar. Na escola ele faz amigos, conversam, aprendem e socializam, de forma geral. Na escola ele encontra a professora, pede conselhos, ri com os colegas, se identifica, se reconhece e começa a exercer a cidadania, assinando seu nome. Eis a importância e a amplitude do significado da escola para eles.

Os alfabetizados receberam atividades em apostila, por escrito, no decorrer do ano passado (2020), mas comentaram sobre a dificuldade em entender o que estava escrito. Uma estudante disse que pede ajuda ao filho adulto para entender e outra disse que preferia ter recebido por áudio. Em geral, eles manifestam preferir a aula presencial, pois a aula remota “tá muito fraca”.

Quanto ao trabalho, Nicodemos e Serra (2020) ponderam:

Justamente essa condição de classe e de trabalhador de baixa renda leva a maior parte dos educandos da EJA a situar-se entre a população mais vulnerável aos efeitos da pandemia da Covid-19, sentindo tanto os impactos relacionados à doença em si e ao seu tratamento, quanto as consequências econômicas advindas da necessidade de distanciamento social. [...] Dados

do mês de junho de 2020 indicam que os trabalhadores domésticos representavam 40,4% do total de 8,3 milhões de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social, dos quais 26,8% encontravam-se em situação de informalidade (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.874 e 876).



Quadro 8 – Quantitativo de estudantes que trabalham
Fonte: Autoria própria

As mulheres que realizamos a conversa/entrevista são empregadas domésticas, diaristas e cuidadoras de idosos. Algumas estão afastadas do trabalho, devido à pandemia, e outras 5 estão desempregadas. Os homens que conversamos/entrevistamos trabalham todos na obra da empresa JC Gontijo, no Itapoã Park, e apenas o estudante de 63 anos está aposentado. Como não sabem ler e escrever, ou sabem pouco, não conseguem melhores empregos.

Tais dados ratificam o que Nicodemos e Serra (2020) trouxeram como afirmação de vulnerabilidade e exclusão social. Foram os primeiros a ser dispensados no início da quarentena, muitos não foram readmitidos, se contaminaram trabalhando e, devido ao trabalho por baixo salário, não tiveram recursos para cuidar da saúde de forma adequada e tranquila. O medo de perder o emprego não deu opção de isolamento social a essas pessoas.

Sabemos que, para executar ações de ensino e aprendizagem remotamente, todos utilizaremos o auxílio da tecnologia, docentes e discentes. A tecnologia, em tempos de pandemia, passou a ser “sala de aula”, meio de socialização, ambiente de trabalho, estudo e lazer.

Podemos dizer, portanto, que entre os trabalhadores de baixa renda é o celular que os leva à internet e, basicamente, com o uso voltado para a comunicação. Isso pode ser explicado tanto por dificuldades técnicas, como a inexistência de internet estável e com boa velocidade na região em que

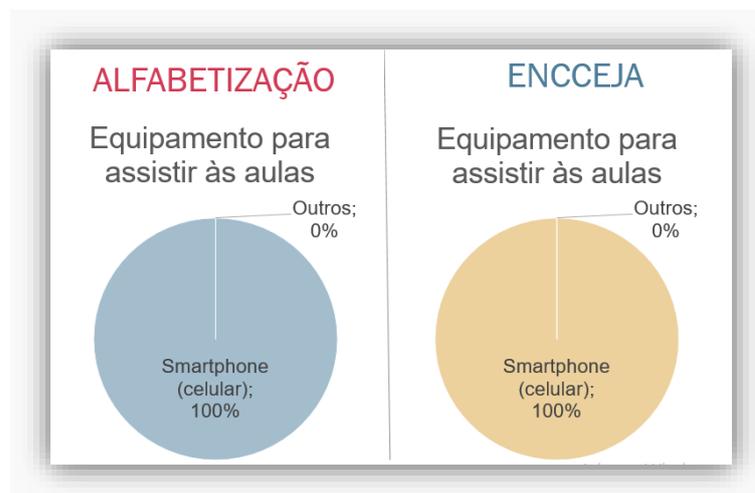
vivem, quanto pelo alto custo de requisitos que garantam boas condições de navegabilidade, como a aquisição de planos de internet compatíveis com as demandas de uso e a obtenção de aparelho com boa capacidade de armazenamento de dados e para uso exclusivamente individual, isto é, sem compartilhamento com outros membros da família (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.874-876).

No que diz respeito ao acesso às tecnologias, quase todos os entrevistados que conversamos possuem telefone celular smartphone para uso individual. Apenas 3 compartilham seus aparelhos com os filhos, então não é todo dia que pode ficar *on-line*. O IBGE (2020) trouxe a afirmação de que o celular é o meio mais utilizado para acessar a internet, certamente por ter preço mais acessível e facilidade no manuseio, no sentido de manter conversas. Outros recursos são pouco ou não utilizados por essas pessoas.

Dentre os equipamentos utilizados para navegar na rede, o celular se manteve na vanguarda em 2018, já próximo de alcançar a totalidade (99,2%) dos domicílios com acesso à internet. Em 2017, este percentual estava em 98,7%. Verificou-se ainda tendência de crescimento no percentual daqueles que utilizaram somente telefone móvel: em 2016 era 38,6%, passou para 43,3% em 2017 e para 45,5% em 2018 (IBGE, 2020).

O que se observa, nesse contexto, é um lado da exclusão tecnológica no sentido de subutilização da tecnologia. Para nossos estudantes, o telefone é para se comunicar, antes em ligações telefônicas, hoje gravando mensagens de áudio ou fazendo chamadas em vídeo.

Poucos ou talvez nenhum deles saiba que do celular smartphone ele pode acessar um mapa, pode acessar sua conta bancária, ver imagens do planeta ou de cada cidade que ele quiser. A exclusão é tanta que eles nem se arriscam a tentar, para “não estragar o celular”, como alguns disseram.



Quadro 9 – Tipo de tecnologia que os estudantes possuem
Fonte: Autoria própria

Nossos estudantes têm acesso à celular smartphone. 100% dos estudantes não possuem computador, tablet ou TV Smart para acessar as aulas.

Destaco novamente 3 estudantes que possuem 1 aparelho celular para utilização delas e dos filhos, e 1 estudante que divide momentaneamente o celular com a esposa, pois o dele estragou.

Em área urbana, o percentual de domicílios sem utilização da Internet [...] chegou a 91,5% ('por falta de interesse, serviço de internet caro e nenhum morador sabia usar a internet'). Já nas áreas rurais, a não disponibilidade do serviço de acesso à Internet na área do domicílio representou 20,8%, contra apenas 1,0% em área urbana (IBGE, 2020).

Todos os entrevistados que conversamos possuem pacotes de dados. 65% dos alfabetizandos e 50% dos estudantes para ENCCEJA só possuem esse pacote de dados para acesso às aulas e baixar materiais enviados de forma *on-line*.

Os valores dos pacotes de dados variam entre R\$ 29,90 (Vinte e nove reais e noventa centavos), para a maioria dos estudantes, e R\$ 50,00 (Cinquenta reais), para alguns outros.

A realidade dos nossos estudantes para aquisição e uso do pacote de dados móveis é proporcional a sua renda. Quem utiliza apenas o pacote de dados possui também pouca capacidade para *downloads* de arquivos.

Em nossas conversas, quem possuía rede sem fio, contou que foram os filhos que moram com eles que contrataram o serviço. Quanto aos filhos, alguns trabalham de casa, outros necessitam para fazer cursos *on-line*. E, como a internet sem fio abrange toda a casa, os pais também a utilizam.

É preciso sublinhar, de início, que situação econômica e acesso às tecnologias constituem, obviamente, aspectos interligados, uma vez que a realização das atividades remotas com algum conforto e qualidade técnica exige custos que ultrapassam as possibilidades financeiras de muitos educandos (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.883).

Nas reuniões que vimos realizando às sextas-feiras, as trocas nos permitem propor atividades a serem realizadas com os alfabetizandos e uma das preocupações é não causar prejuízo de nenhuma forma a eles, que já têm tão pouco. A busca, nas reuniões, é fazer o máximo com o mínimo. E a cada reunião surgem novos dados,

novas tentativas de inserir tecnologias, novas discussões acerca do que é realizável, viável ou não.

Alfabetizando adultos são especialmente peculiares, pois já trazem consigo aquela carga de “não saber, não conhecer, não conseguir”, mencionado no texto de Vieira (2015).

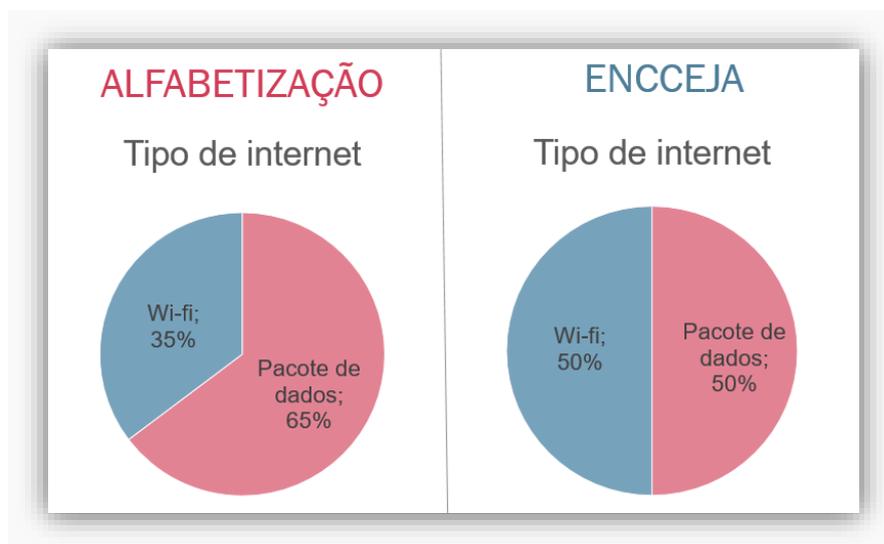
Qualquer proposta que fizermos, temos que pensar muito antes. Não podemos fazer com que se sintam incapazes de executar ou se assustar de alguma forma com o ensino remoto e com o uso das tecnologias. Assim como não podemos “esgotar” o pacote de dados, sendo este o recurso que possuem.

Nossa busca, com as reuniões semanais junto às educadoras e equipe do GENPEX é pensar e analisar o que for melhor para nossos estudantes.

Algumas educadoras já ousam dar aulas por aplicativo de reunião virtual, o *Google Meeting*. Essas são as que lecionam para o preparatório ao ENCCEJA.

As demais, alfabetizadoras, ainda não podem ousar tanto, devido à sensibilidade dos alfabetizando. E essa tem sido nossa busca, nosso estudo, nossas tentativas em acertar e encantá-los, para que não haja qualquer desconforto tecnológico que culmine em evasão.

Queremos incluí-los e fazer o que for melhor para esses estudantes, que já vivem realidades difíceis.



Quadro 10 – Tipo de internet que os estudantes utilizam
Fonte: Autoria própria

Quanto à qualidade da internet, 60% dos estudantes consideram boa para o que utilizam, outros 40% afirmam que a internet é ruim. Como veremos adiante, eles

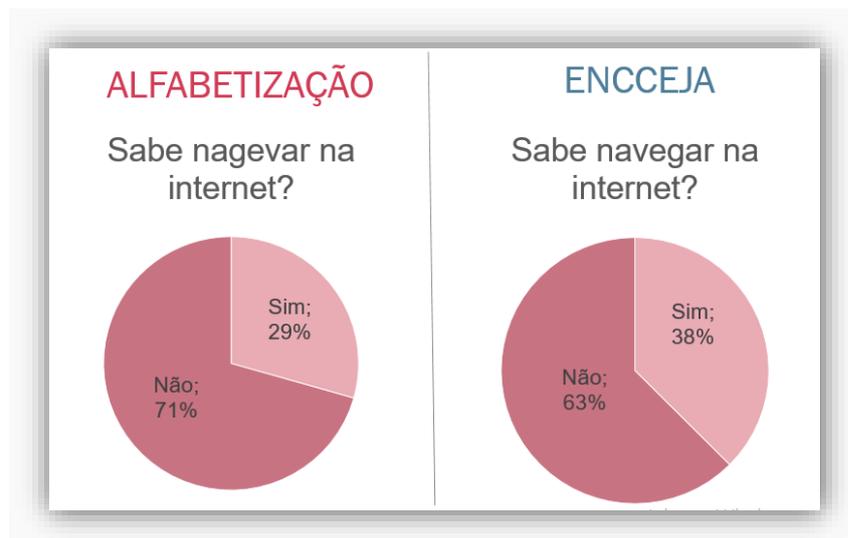
utilizam a internet apenas para acesso ao WhatsApp, que é o único aplicativo que eles conseguem manusear precariamente.

Outro dado do IBGE que retrata bem a questão do uso e manuseio da internet, está relacionada ao nível de instrução:

O nível de instrução influencia, mas a disseminação do uso da Internet vem impulsionando também a sua utilização em segmentos de níveis de instrução mais baixos. Em 2018, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet foi de 12,1%, no nível sem instrução, de 55,5% no fundamental incompleto e atingiu 98,3% no superior incompleto (IBGE, 2020).

Em tempos de pandemia, o percentual para o nível sem instrução certamente aumentou, pois, os encontros pessoais diminuíram, mas a necessidade de socialização e “encontros” continua.

Nos grupos de WhatsApp das turmas, diariamente, os estudantes trocam mensagens de bom dia, boa tarde, boa noite e sempre perguntam como todos estão. Essa socialização, por áudio, é constante. É um contato efetivo e valioso, no sentido do acolhimento.



Quadro 11 – Quantitativo de estudantes que sabe navegar na internet
Fonte: Autoria própria

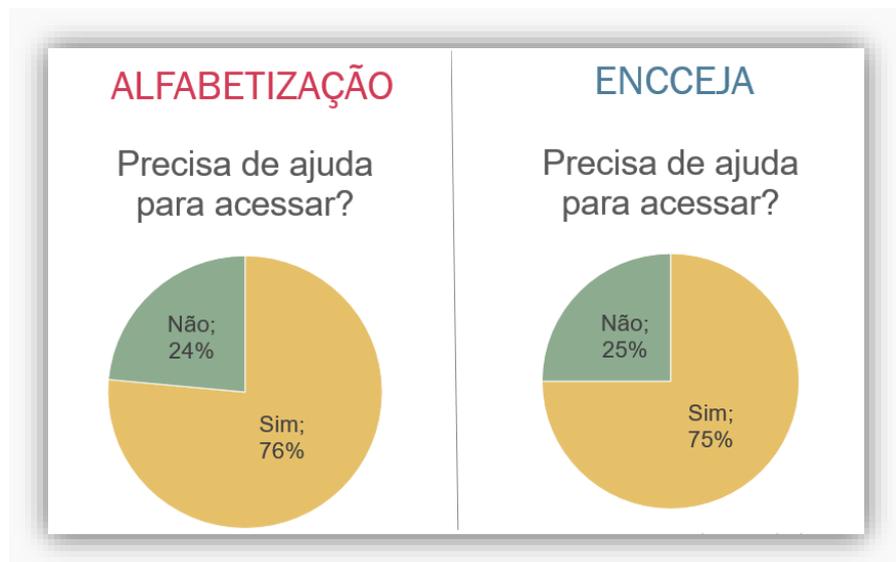
No âmbito de navegação na internet, mais de 70% dos estudantes da educação/alfabetização não sabe procurar quaisquer coisas na internet ou utilizar para outras finalidades, e necessitam de auxílio para o manuseio. Em geral, os filhos e netos ensinaram o básico para eles conseguirem se comunicar via mensagem de

voz. Uma estudante revelou: “Uso ‘zap’, muito pouco. Tenho medo de fazer alguma coisa errada e meu filho brigar.”

O IBGE (2020) também traz um dado crescente, “em 2016, 73,3% das pessoas usavam a rede para chamadas de voz ou vídeo, subindo para 83,8% em 2017 e para 88,1% em 2018”. Nossos estudantes, 90% deles, só enviam mensagens de voz.

Conversando separadamente com um deles, ele me revelou: “eu tenho até medo de falar errado. Se eu falar alguma coisa errada a senhora me diz”. Expliquei que não existia errado nessa conversa, era um bate-papo para nos conhecermos, e ele relaxou mais. Foi quando percebi que o receio do errado estava também presente na conversa/entrevista, sendo que eram eles os protagonistas. Meu cuidado em conversar com eles foi ainda maior, porque tudo que eu queria era proporcionar um momento bom para eles com aquele diálogo.

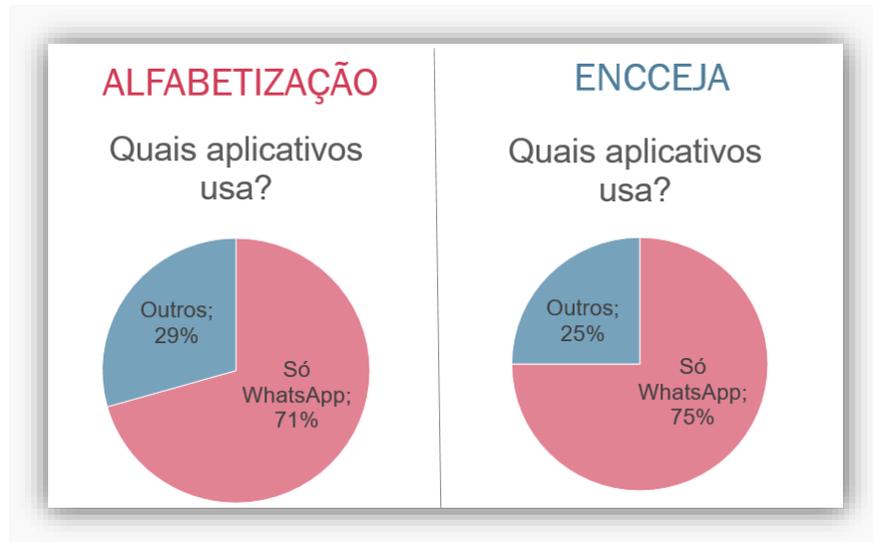
Outro fato relevante, detectado na conversa/entrevista, é a maioria dos estudantes da EJA que necessita de ajuda para utilizar tecnologias e acessar a internet. Eles relatam que seus filhos e netos, irmãos e até a vizinha os auxiliam nesse processo. Uma estudante disse que quem a ajuda é o esposo “porque ele é inteligente”. Aspectos como este reforçam a sensação de exclusão dessas pessoas.



Quadro 12 – Quantitativo de estudantes que necessita de auxílio para acessar a internet
Fonte: Autoria própria

Outros dados obtidos foram: 29% dos alfabetizandos e 25% das pessoas que pretendem prestar o ENCCEJA sabem utilizar alguns aplicativos diferentes (como

Facebook, Instagram e YouTube, além do WhatsApp); enquanto 71% dos alfabetizados e 75% dos estudantes do ENCCEJA utilizam apenas o aplicativo WhatsApp, para se comunicarem, como discurremos anteriormente. Eles não utilizam outros aplicativos ou recursos do aparelho smartphone.



Quadro 13 – Quantitativo de estudantes que utiliza apenas o WhatsApp
Fonte: Autoria própria

Ao mencionar outros aplicativos utilizados por meio do telefone celular, muito populares entre a maioria das pessoas, alguns eles nem conheciam. Apenas 2 estudantes sabiam utilizá-los, ambas da turma de ENCCEJA.

Quanto aos demais estudantes, 5 sabiam “olhar o Face” (Facebook, aplicativo de relacionamentos) e 2 o YouTube (aplicativo para acesso a vídeos).

A exclusão é evidente, assim como o lugar social deles. A escolarização tardia. O viver à margem. A exclusão é mais explícita quando pensamos que muitas crianças sabem utilizar todos os aplicativos mencionados anteriormente. E, ao perguntar se gostariam de aprender quaisquer um desses aplicativos, todos disseram que sim.

Diante dessas respostas e como não poderemos voltar ao ensino presencial, por conta da crise sanitária ainda em evidência, o ensino remoto será o formato de ensino utilizado.

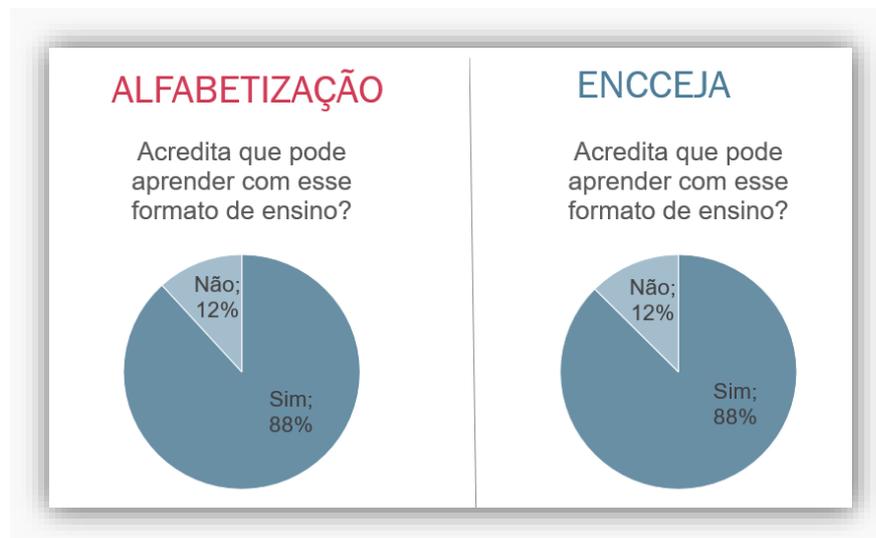
Na conversa/entrevista, quase 90% acreditam que podem aprender com o ensino remoto: uma ótima confiança por parte dos estudantes.

Nicodemos e Serra dizem que:

Como primeiro problema, alertou-se sobre como atingir os educandos em distanciamento social se são esses os que mais passaram a sentir os impactos socioeconômicos da pandemia. Passadas as primeiras semanas e tendo como horizonte um período mais longo do que se esperava de distanciamento, muitas escolas e educadores iniciaram um processo de aproximação virtual com seus educandos. [...] No entanto, logo se viu que esse contato seria mais complexo e incerto do que se poderia supor (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.872).

Em nossas reuniões semanais percebemos a complexidade do ensino remoto a pessoas sendo alfabetizadas. Ainda mais adultos, que trazem em suas bagagens emocionais a baixa autoestima e a marginalização.

A busca por inovação pedagógica não termina quando finaliza a reunião. Em casa, todos buscamos novas perspectivas para adequar melhor o ensino aos nossos estudantes. Tudo que apresentamos é tentando ajudar no melhor que pudermos. Queremos confortar nossos estudantes para que a “viagem” seja divertida e eles voltem no dia seguinte.



Quadro 14 – Quantitativo de estudantes que acredita no ensino remoto
Fonte: Autoria própria

Quanto a reconhecer no ensino remoto uma forma para aprender a ler e a escrever, os estudantes foram reticentes. Um estudante disse que “pelo menos ajuda a não esquecer”, outro afirmou que “é melhor do que nada”, mas tiveram as mais positivas que disseram “querendo, a gente aprende tudo”. Num ponto, todos concordaram: “presencial é bem melhor”.

Vivemos num país onde a realidade desses trabalhadores periféricos é não ter direito ao estudo, pois ainda temos 11 milhões de brasileiros adultos não alfabetizados

e mais da metade da população adulta sem concluir a Educação Básica, que é constitucionalmente obrigatória (NICODEMOS E SERRA, 2020, p.879). Segundo os autores, não é tão simples acreditar que o ensino remoto seja possível. Se não conseguiram aprender quando era permitido frequentar a escola presencialmente, dá para compreender a dúvida e incerteza com relação à modalidade de ensino remoto.

Não é simples para eles, mas também não é simples às educadoras. Assim, vimos buscando, em nossas reuniões de formação semanais, melhores e possíveis práticas pedagógicas que se adequem aos nossos estudantes, e os façam se sentir motivados a aprender.

No âmbito das questões abertas, questionamos sobre seus sentimentos acerca da pandemia, como esta afetou suas vidas e o que aprenderam desde então. As respostas foram de superação, surpreendentes e tocantes.

Vejam a primeira pergunta, relatada em forma de texto colaborativo, como construímos com os estudantes, de acordo com suas respostas. Como a pandemia do Covid-19 afetou suas vidas?

“Todo mundo foi afetado”, “perdi meu emprego”, “não consigo trabalhar por causa disso”, “muita gente querida indo embora”. “Perdi meu marido, que pegou Covid quando chegamos em Brasília, ano passado, pra ficarmos com minha filha que está fazendo UnB. Nossa, mudou em todos os sentidos!”. “Fiquei internada por 2 meses e 18 dias, ainda tô fazendo os exercícios pra respirar. Peguei Covid da filha da patroa”. “A gente não poder tá saindo”, “não tem mais as aulas”, “medo de ficar doente e ter que ir pro hospital”. “Não recebi o auxílio, não vendi minhas roupas mais”, “fico muito isolada”, “tirei férias e não pude ir ver minha família”, “mesmo a gente não pegando, a gente gostaria de ajudar mas não pode”. “É um trauma, porque é no país inteiro”.

Não há como não nos identificarmos. Pois, de fato, todos fomos afetados, tivemos pessoas queridas partindo em decorrência da Covid-19, não pudemos sair, sentimos medo e distanciados de nossos familiares. Apesar da realidade e da experiência serem distintas para cada pessoa, somos semelhantes, estamos abalados e fomos afetados nesse momento de crise sanitária mundial.

Conforme os dados da PNAD Covid-19 (IBGE, 2020, apud NICODEMOS E SERRA, 2020, p.876), “23% das pessoas sem Educação Básica completa não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade onde vivem”. Essa afirmação vem ao encontro das falas de nossos estudantes, ratificando sua situação de exclusão social, piorada em tempos de pandemia.

Miguel Arroyo alertava, há algum tempo acerca do caráter marginalizado da EJA nas políticas educacionais, com base nas condições sociais, econômicas e culturais de seu público. Para o autor, a “história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares. É uma modalidade do trato dado pelas elites aos adultos populares” (ARROYO, 2005, p. 221, apud NICODEMOS E SERRA, 2020, p.872).

A segunda pergunta, buscou saber o que a pandemia do Covid-19 ensinou até aqui, tentando compreender o que os estudantes do Paranoá e do Itapoã vêm passando no decorrer desses 2 anos de crise sanitária.

“Me ensinou a limpar mais as coisas, até eu mesma, e passei a dar mais atenção a minha família, ligo todo dia”. “A gente aprendeu a se educar, a respeitar mais a vida”, “valorizar as pessoas, aproveitar as oportunidades e os momentos com as pessoas que a gente gosta; valorizar o tempo”. Ter “humildade; ajudar o próximo cada vez mais”. Acho que “estou mais preparada pra vida; a gente tem que ter mais fé e buscar a Deus sempre”. Eu “tenho mais cuidado, evito ir na casa das pessoas”, aprendi a “me defender, usar muita proteção, manter distância”, “isolamento”. “Não saio de casa pra canto nenhum”, “me vi muito limitada; não me abri pra aprender muita coisa não; não procurei; fico frustrada”. “Não teve nada positivo”. “Só tô vendo que tá morrendo gente”.

Novamente a identificação com nossos próprios medos e vivências. Em decorrência da Covid-19, nos cuidamos mais, nos preocupamos mais com nossos familiares, nossos amigos e vemos números crescentes de óbitos em decorrência da doença. Aprendemos a ter humildade e entendemos que a vida pode ser breve, devemos cuidar um do outro. Estamos lado a lado.

Nossos estudantes fazem parte da população mais vulnerável aos efeitos da pandemia, aquela que vive na periferia e têm baixa renda. Sua realidade, em meio à pandemia do Covid-19, abrange consequências econômicas duras, como a falta de trabalho e a perda de empregos, abrange também consequências de saúde, como a exposição ao vírus e tratamentos precários em hospitais públicos lotados, muitas vezes correndo o risco de não serem atendidos, e consequências em relação aos estudos, devido à pouca perspectiva em relação ao retorno presencial, como eles preferiam.

E, mediante o carisma e abertura da primeira estudante que conversei, acrescentamos mais uma pergunta: ‘Qual o seu sonho?’. Pois a estudante trouxe na conversa: “Sabe qual é o meu sonho? Ser mais inteligente, aprender a ler e nunca mais perguntar o que tá escrito pra ninguém”. Diante deste sonho que nada mais é do que a busca por um direito nato a cada cidadão, buscamos conhecer seus sonhos:

“O meu melhor sonho é aprender a ler”, “aprender alguma coisa, pegar um transporte, conseguir ler”, “aprender a falar melhor, escrever melhor”, “estudar até a 8ª série”. “Me aposentar”. “Conseguir tirar minha carteira de motorista”. “Saber ler a Bíblia”. Meu sonho é “ser mais inteligente, ler, escrever, aprender a louvar a Deus, meus filhos no caminho do Senhor. Sabe, minha vida é boa”. “Eita, Jesus! Gostaria de um dia concluir os estudos, fazer uma faculdade e ser alguém na vida... ser alguém na vida! Nem sei se posso falar isso, quero ser bombeira”. “Quero ser uma médica”! “Quero ser psicóloga”. “Hoje meu sonho é ver minhas filhas formadas, realizadas, com bom emprego”. “Quero ter minha casinha”, “voltar pro Maranhão, pra perto da minha família”. “Ah, eu não posso reclamar, eu tenho é que agradecer”.

Meu sonho é conseguir ajudar na realização desses sonhos, é ser um momento bom na vida das pessoas, é deixar a lembrança de um sorriso. Meu sonho é a educação, meu sonho é não parar diante de obstáculos. Não somos diferentes.

Mesmo diante de tantos desafios, vidas marginalizadas, eles conseguem demonstrar generosidade e gratidão pelo que têm. Eles não desistem. Voltam para a escola como um ato de resistência. Eles já resistiram ao trabalho pesado, mudança

para locais marginais às cidades, provavelmente passaram fome, pobreza, opressão, humilhação (que muitos relatam ao pedir para outra pessoa ler o nome do ônibus ou anotar recados), mas também resistem ao fato de não poderem aprender. Eles podem!

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendo que atuar no âmbito educacional exige que sempre estejamos abertos a novos aprendizados. Ser aprendiz é a função principal do professor, que aprende para ensinar. Sempre haverá novidades, novas histórias, novos desafios, novas tecnologias, a serem utilizadas em sala de aula ou fora dela, para que o ensino aconteça.

Com a pandemia, desde março de 2020, instaurada por todo o mundo, os professores tiveram que aprender a inovar. Muitos tiveram dificuldade inicialmente, mas usam a criatividade para desenvolver suas aulas no formato remoto.

Os estudantes, todos eles, tiveram que inovar para aprender. Os menores, com o auxílio dos pais, os maiores com a motivação dos colegas, e os adultos e idosos, com a amorosidade das educadoras que os acompanhavam.

Não foi, não é e nem será fácil, enquanto o mundo não voltar ao “normal”, mas a educação tem que acontecer e todo o esforço tem decorrido em favor disso.

A abordagem metodológica dessa pesquisa foi a pesquisa-ação pedagógica, devido ao caráter participativo, colaborativo, pedagógico, entre a pesquisadora e as professoras, com vista a melhoria do ensino.

O GENPEX junto ao CEDEP e suas educadoras, nos dedicamos semanalmente a pensar novas formas de ensinar e aprender para os alfabetizados do Paranoá e do Itapoã. Aprendemos constantemente para instruí-los. O esforço coletivo foi apreciado pelos estudantes quando contei, durante as conversas/entrevistas, que eram muitas cabeças pensando em como ajuda-los, e essas pessoas se sentiram valorizadas e especiais, por contar com pessoas que se preocupam com elas e com o seu aprender.

Estudamos de forma amorosa, as trocas são construção de saberes, e a prática diária é o afeto em toda sua plenitude. Durante todas as atividades percebemos o entusiasmo umas das outras em descobrir algo novo e poder aplicar com os estudantes, e, da parte deles, a alegria em conversar conosco e criar laços de amizade, mesmo que sejam apenas para trocar mensagens de bons dias e boas tardes.

Os vínculos foram estabelecidos, os laços “amarrados”. Coragem, temos. Resiliência também. Dificuldades, enfrentaremos.

Os obstáculos tecnológicos serão transpostos, desde que trabalhemos com o que eles já possuem, que é o celular, o acesso básico à internet, o uso do WhatsApp e a vontade de aprender.

As desigualdades presentes em suas vidas são tão marcantes, que sabemos não ser simples mudar tal realidade, mas com o presente trabalho, trouxemos à tona, em números, a relevância de discutirmos a exclusão social, conseqüentemente tecnológica das regiões periféricas e, principalmente, dos estudantes da educação popular, alfabetização e preparatório para o ENCCEJA.

Cada referência utilizada teve relevância na construção das afirmações e ratificação de informações.

Quanto às perspectivas relacionadas à educação popular no Paranoá e Itapoã, a flexibilização no formato das aulas já foi estabelecida e pretendemos, nas próximas semanas, postar atividades gravadas às turmas, com assuntos que fazem parte da realidade de vida deles.

Os vídeos serão curtos, simples e de caráter experimental, com sugestão de situações-problema-desafios escolhidos pelos próprios estudantes.

Por sugestão da Lourdes e da Vilma, coordenadoras pedagógicas do CEDEP, faremos vídeos com os nomes de cada um deles, para que possam assistir e reassistir, fixando e treinando a leitura e a escrita do que lhes é mais caro, o próprio nome.

O diálogo e a amorosidade são as premissas desse trabalho, de forma a não os fazer mais excluídos do que já são. Queremos que se sintam confortáveis com as tecnologias, motivados a aprender e esperançosos por continuar.

A importância dessa interação, além de alfabetizá-los, é acolhê-los e confortá-los também, nesse momento em que a pandemia tem levado muitos conhecidos e o medo de ser o próximo impera entre todos nós.

O trabalho não termina aqui, está apenas começando. A situação é incômoda, queremos mudar, conscientizar e trazer um olhar à educação popular de adultos e idosos em alfabetização. Serão necessárias novas pesquisas e uma constante busca por visibilidade a essas pessoas que têm na educação um sonho, quando se trata, na verdade, de um direito que lhes foi violado, pois a educação é para todos.

7. PERSPECTIVAS FUTURAS IMEDIATAS

A educação sempre me encontra. Então decidi encontra-la também.

De um jeito ou de outro a educação voltava em forma de uma nova oportunidade de trabalho, foram vários. Mas, há 13 anos, trabalho com fomento à educação na CAPES.

Fiz a graduação em Pedagogia pois tinha vontade de estudar algo que fizesse sentido ao meu coração. Minha formação anterior (Ciências Contábeis) nunca me preencheu e eu me apelidei de contadora... de histórias!

Na Pedagogia, lembro de cada semestre, a cada disciplina que eu fiz, sentir como se um novo mundo, uma nova Mônica estivesse surgindo. Em muitas aulas presenciais, me emocionei. Também gostava de sentir a paixão dos professores pelo que estavam ensinando, assim como de alguns alunos aprendendo.

Sempre achei que seria bom, mas foi muito mais que isso, me transbordou. Resignifiquei muitos momentos de vida com tudo que aprendi. Pareceu uma viagem ao passado, preenchendo lacunas e me trazendo ao presente.

Aos 18 anos, supomos saber que graduação fazer, às vezes acertamos. Aos 38, sabemos o que queremos e cursar a graduação certa é um deleite.

Lembro do Léo, um amigo que fiz no decorrer da graduação em Pedagogia, dizer que adorava ver minha “carinha” aprendendo as coisas. A mim era tudo muito interessante e eu queria muito entender, apreender.

Sei que gosto de estudar, aprender sempre é muito bom e provavelmente buscarei mais um curso (que já tenho em mente) quando tudo voltar ao normal, sem pandemia.

Eu gosto de trabalhar próximo às pessoas e essa atividade com a educação/alfabetização popular quero continuar como voluntária. É engrandecedor!

Como gosto de pessoas, também acabo observando e trazendo para a minha própria vida os aprendizados que busco no outro. Não sou pesquisadora. Pesquisar acaba distanciando o pesquisador dos sujeitos. Não quero ficar distante. Eu quero ficar próxima, ver os sorrisos a cada conquista, ver a letra ganhando contorno e ficando bonita no caderno, me emocionar com as histórias.

Concurso ou mestrado, não sei. Hoje eu quero ajudar os alfabetizandos. É o que me fará mais feliz nesse momento. É minha pesquisa-vida!

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lília Bilati de. et al. **O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira**. Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, vol. 2, nº 1, p. 55-67. Volta Redonda/RJ, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/jjstm/v2n1/05.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O método nas ciências sociais**. In: ALVES -MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 129-188.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/artigo-educacao-no-brasil-a-historia-das-rupturas-resumos-e-resenhas/>>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Presidência da República. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 11 set. 2020.

BRASIL. **Decreto que Regulamenta o Artigo 80 da LDB**. 1996. Ministério da Educação. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/legisla09.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. **ENCCEJA 2020**. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <<http://enccejanacional.inep.gov.br/encceja/#!/inicial>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 544**. 2020. Ministério da Educação. Brasília, DF, 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 2 mai. 2021.

CABRAL, Arlinda. Pedagogia do Oprimido. **Revista Lusófona de Educação** [online]. 2005, n. 5, p. 200-204. ISSN 1645-7250. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502005000100014>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

CARREIRA, Denise. **Indicadores da Qualidade na Educação: relações raciais na escola**/Denise Carreira, Ana Lúcia Silva Souza. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

CASTRO, Eder Alonso. QUEIROZ, Eliziane Rodrigues de. **Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias**. Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa. Brasília/DF, v. 2, n. 3. Núm. Esp.. p. 3-17. 2020. Disponível em: <<http://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/40/31>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CEDEP. **Mapa nas Nuvens**. GDF. 2015. Disponível em: <<http://mapa.cultura.df.gov.br/espaco/143/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

EDUCAÇÃO. Em: **Dicionário Michaelis**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/educa%C3%A7%C3%A3o/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FERREIRA, Renata Brauner. **As epidemias de Gripe Espanhola e de Covid-19: paralelos possíveis**. Rio Grande, RS. 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/as-epidemias-de-gripe-espanhola-e-de-covid-19-paralelos-possiveis>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FRANCO, M. A. S. **Pesquisa Ação-Pedagógica: práticas de empoderamento e participação**. ETD - Educ. Temat. Digit. v.18. n.2. p. 511-530. Campinas, SP. abr./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8637507>>. Acesso em 1 mai. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GDF. **Decreto nº 40.509**. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus. 2020. Brasília, DF, 11 mar. 2020. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-corona-virus-40509_11mar20.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

GRANDISOLI, E., JACOBI, P. R. e MARCHINI, S. **Educação e pandemia: desafios e perspectiva**. Jornal da USP, artigos. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/educacao-e-pandemia-desafios-e-perspectivas/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GRANDISOLI, E., JACOBI, P. R. e MARCHINI, S. **Pesquisa Educação, Docência e a COVID-19**. Instituto de Estudos Avançados da USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/pesquisa-educacao-docencia-e-a-covid-19>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

HADDAD, S. e DI PIERRO, M. C. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Em: Revista Brasileira de Educação. N. 14. 500 anos de educação escolar. Rio de Janeiro: ANPED, mai/jun/jul/ago 2000.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras**. 1ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Ministério da Economia. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>>. Acesso em: 20 set. 2020.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Ministério da Economia. PNAD Contínua TIC 2018: Internet chega a 79,1% dos domicílios do país. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais#:~:text=Pr%C3%B3ximas%20divulga%C3%A7%C3%B5es-,PNAD%20Cont%C3%ADnua%20TIC%202018%3A%20Internet%20chega%20a%2079,1%25%20dos%20domic%C3%ADlios%20do%20pa%C3%ADs&text=O%20percentual%20de%20domic%C3%ADlios%20que,que%20n%C3%A3o%20utilizavam%20a%20rede>>. Acesso em: 1 mai. 2021.

MACHADO, Margarida e ANGELIM, Maria Luíza. **Um Balanço da Educação Brasileira**: do Golpe de 2016 ao Governo Bolsonaro. Comissão de Assuntos Educacionais do PT - CAED. Núcleo de Educação e Cultura do PT no Congresso Nacional. p.87-95. 2021. Disponível em: <https://ptnacamara.org.br/portal/wp-content/uploads/2021/03/Balanco-Educacao-Brasileira-1_compressed.pdf>. Acesso em: 9 de mai. 2021.

MARQUES, R. C., SILVEIRA, A. J. T. e PIMENTA, D. N. **A Pandemia de Covid-19: Interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente**. Coleção História do Tempo Presente: Volume III, p. 225-249. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/a-pandemia-de-covid-19_intersecoes-e-desafios-para-a-historia-da-saude-e-do-tempo-presente.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MEB. **Movimento de Educação de Base**. Disponível em: <<http://www.meb.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

NICODEMOS, Alessandra, e SERRA, Ênio. **Educação de Jovens e Adultos em Contexto Pandêmico**: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. Currículo sem Fronteiras, v.20, n.3, p. 871-892. UFRJ. set./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss3articles/nicodemosserra.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2021.

NOVAES, A., et al. **Pesquisa: Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica**. Informe nº 1 – Educação escolar em tempos de pandemia, p. 1-5. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. In: RIBEIRO, V.M.(org) Educação de jovens e adultos Novos leitores, novas leituras. Revista Brasileira de Educação. p. 59-73. São Paulo: Ação educativa, 2001.

REIS, Silvana. OLIVEIRA, Elida, WANDERLEY, Gustavo. **'LETRA M, de Mãe'**: na era digital, mães contam como é criar os filhos sem saber ler. G1, 09/05/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/09/video-na-era-digital-maes-contam-como-e-criar-os-filhos-sem-saber-ler.ghtml>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília**. 1ª ed. Brasília: UnB, 2008.

SANTOS, Elzanir dos. LIMA, Idelsuite de S. e SOUSA, Nádida J. **"Da noite para o dia" o ensino remoto: (Re)Invenções de professores durante a pandemia**. In: Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica. Salvador, v. 05, n. 16, p. 1632-1648, Edição Especial, 2020.

TV UFPB. **Programa Paulo Freire Vivo 1 – Vida e Obra de Paulo Freire**. YouTube. UFPB. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BJZIJFq5I-U>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

UNB. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia – Diurno** (Código E-MEC 150). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.deg.unb.br/images/dtg/cil/ppp/Projeto_Pol%C3%ADtico_Pedag%C3%B3gico_do_Curso_de_Gradua%C3%A7%C3%A3o_da_Pedagogia-_Diurno.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2021.

VIEIRA, M. C., JUSTO, D. M. M. **Computador e Alfabetização de Jovens e Adultos: uma proposta de inclusão digital**. Revista Participação. Brasília: Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, 1997. Ano 17, nº 31, p.87-104. Nov. 2018.

VIEIRA, M. C. **Contribuições da Obra Pedagogia do Oprimido ao (Re) Pensar da Formação de Educadores de Jovens e Adultos**. Revista Interinstitucional Artes De Educar, v. 4, p. 279-293, 2018.

VIEIRA, M. C., REIS, R. H., SOBRAL, J. B. L. **Educação de Jovens e Adultos como ato de amor, poder e saber: os desafios do Genpex**. Fundação Universidade de Brasília, Decanato de Ensino de Graduação. Brasília. 2015.

9. APÊNDICE

9.1. Questionário da entrevista:

Questionário de avaliação social dos Estudantes da Alfabetização Popular

Parceria CEDEP, MEB e UnB/ GENPEX

Turma da educadora: _____

1. Nome: _____

1.1 Sexo:

() Feminino

() Masculino

1.2 Local de nascimento: _____

1.3 Faixa etária:

() 15 a 20 anos

() 21 a 30 anos

() 31 a 40 anos

() 41 a 50 anos

() 51 a 60 anos

() + de 60 anos

() + de 70 anos

() + de 80 anos

1.4 Raça/Etnia:

() Branca

() Parda

() Preta

() Amarela

Indígena

Não sabe

1.5 Reside em área:

Rural

Urbana

1.6 Frequentou a escola em algum momento da vida (quando, quantas vezes)?

Não

Sim. _____

1.7 Há quanto tempo frequenta as aulas de alfabetização popular?

1.8 Sente saudade da escola?

1.9 Tem filhos?

Não

Sim

1.10 Tem filhos menores de 10 anos?

Não

Sim

2. Trabalha?

Não

Sim. Em que? _____

2.1 Qual o seu horário de trabalho?

Diurno

Noturno

3. Quais desses equipamentos você tem em casa?

Computador

Notebook

Tablet

Smartphone (celular)

3.1 Possui acesso à internet?

Não

Sim

Apenas em locais com rede wi-fi

3.2 Tipo de acesso à internet?

Rede wi-fi

Pacote de dados

Cartão pré-pago

Outros. Quais? _____

3.4 Qualidade da sua internet:

Ótima

Boa

Ruim

Péssima

3.5 Sabe navegar na internet?

Não

Sim

3.6 Quais desses aplicativos utiliza com mais frequência?

(Marcar mais de um item se for o caso).

WhatsApp

You Tube

Facebook

Instagram

Google meet

Outros. Quais? _____

3.7 Quais desses aplicativos gostaria de aprender a usar?

(Marcar mais de um item se for o caso).

- WhatsApp
- You Tube
- Facebook
- Instagram
- Google meet
- Outros. Quais? _____

3.8 Tem ajuda de alguém para efetuar os acessos à internet?

- Não
- Sim

3.9 Já assistiu uma live (shows no youtube)?

- Não
- Sim

4. Alguma vez já recebeu atividades de ensino remoto?

- Não
- Sim. Se sim, conseguiu realizar? _____

5. Qual sua expectativa para estudar remotamente (acredita que poderá aprender)?

6. Gostaria de ter aulas por vídeo?

- Não
- Sim. Se sim, em qual plataforma? _____

7. Como a pandemia do COVID-19 afetou sua vida?

8. O que a pandemia te ensinou até aqui?

9. Qual o seu sonho?